



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Patrícia Pizzigatti Klein

Políticas públicas para jovens em favelas: contexto, configurações e metodologias de implementação do Programa Caminho Melhor Jovem

Duque de Caxias

2016

Patrícia Pizzigatti Klein

Políticas públicas para jovens em favelas: contexto, configurações e metodologias de implementação do Programa Caminho Melhor Jovem

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas.

Orientador: Prof. Dr. Mario Sergio Brum

Duque de Caxias

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

K64
Tese Klein, Patrícia Pizzigatti.
Políticas públicas para jovens em favelas: contexto, configurações e metodologias de implementação do Programa Caminho Melhor Jovem / Patrícia Pizzigatti Klein- 2016.
80 f.

Orientadora: Mario Sergio Brum.
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Juventude – Política governamental - Brasil - Teses. 2. Jovens – Condições sociais - Teses. I. Brum, Mario Sergio. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 308-053.7(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, deste que citada a fonte.

Assinatura

Data

Patrícia Pizzigatti Klein

Políticas públicas para jovens em favelas: contexto, configurações e metodologias de implementação do Programa Caminho Melhor Jovem

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas.

Data de aprovação: 24 de maio de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mario Sergio Brum (Orientador)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Mauro Henrique de Barros Amoroso
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a Dra. Eliane Ribeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Duque de Caxias

2016

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar o mestrado é como se também encerrasse um ciclo da minha vida, àquele que me trouxe ao Rio há quase 7 anos com o objetivo de ser mestre e seguir a carreira docente. De 2009 para cá muita coisa mudou: cheguei estudante e hoje sou professora; cheguei sendo abraçada pela minha avó e hoje isso só se dá de forma espiritual, onde ela estiver; cheguei só conhecendo o Rio de Copacabana e hoje sou do Rio de Madureira, de Nilópolis, de Nova Iguaçu e de Duque de Caxias; cheguei querendo ser alguém independente e aqui tenho percorrido uma trajetória deliciosamente dolorosa: a de me tornar quem eu sou; cheguei na minha juventude e hoje me despeço dela com a chegada dos 30 ontem.

Agradeço aos meus pais, Roseli e Manoel, por me proporcionarem todo o apoio financeiro e emocional que precisei nessa jornada. Por me incentivarem na minha mudança ao Rio e sempre me confortarem com a distância e busca de meios de contornar as saudades de morar longe deles, dos nossos bichos e nosso lar. E, principalmente, por não me deixarem desistir desse sonho quando ele parecia tão distante e difícil.

Às minhas irmãs, Carolina e Cláudia, por sermos tão parecidas nos problemas e ouvirem minhas lamúrias e frustrações. Especialmente à Claudia que tanto consolou meus choros e sempre me confortou com palavras mais que incentivadoras.

Ao meu orientador Mario Brum, primeiro por ter aceito orientar um trabalho e pessoa desconhecidos, ambos bastante problemáticos (risos), sempre permitindo que eu pudesse fazer as minhas escolhas no processo de pesquisa com liberdade e autenticidade. Depois, por toda experiência, conhecimentos e livros compartilhados durante estes dois anos. E também por me ajudar pacientemente a acreditar em mim.

Aos professores participantes dos meus exames de qualificação e banca, Eliane Ribeiro e Mauro Amoroso, por suas referências e contribuições neste trabalho.

À melhor amiga acadêmica e das melhores da vida inteira, Camila, que sem seus conselhos, apoio e força eu também não conseguiria chegar aqui.

Aos colegas e amigos que o mestrado também me trouxe, em particular ao Vinícius, Thiago e Leo, esse especialmente meu “melhor amigo do mestrado”, que tanto foi conselheiro e compartilhamos juntos a aventura do mestrado e da Europa.

Aos amigos de fora do mestrado, os que ainda se mantêm depois de um ano e meio dando desculpas que não poderia sair de casa.

À secretaria do mestrado, especialmente ao Leonardo, que sempre generoso e

prestativo sempre sanou as minhas dúvidas e problemas.

Aos entrevistados, que compartilharam as suas trajetórias e experiências de vida e trabalho e à toda juventude que constrói a sua trajetória de luta.

À CAPES pelo incentivo à pesquisa.

Muito grata à todos que de alguma forma participaram disso. ...Finalmente cheguei!

Eu apenas queria que você soubesse
Que aquela alegria ainda está comigo
E que a minha ternura não ficou na estrada
Não ficou no tempo presa na poeira

Eu apenas queria que você soubesse
Que esta menina hoje é uma mulher
E que esta mulher é uma menina
Que colheu seu fruto flor do seu carinho

Eu apenas queria dizer a todo mundo que me gosta
Que hoje eu me gosto muito mais
Porque me entendo muito mais também

E que a atitude de recomeçar é todo dia toda hora
É se respeitar na sua força e fé
E se olhar bem fundo até o dedão do pé

Eu apenas queria que você soubesse
Que essa criança brinca nesta roda
E não teme o corte de novas feridas
Pois tem a saúde que aprendeu com a vida

Eu apenas queria que você soubesse
Que aquela alegria ainda está comigo
E que a minha ternura não ficou na estrada
Não ficou no tempo presa na poeira

Eu apenas queria que você soubesse
Que esta menina hoje é uma mulher
E que esta mulher é uma menina
Que colheu seu fruto flor do seu carinho

Eu apenas queria dizer a todo mundo que me gosta
Que hoje eu me gosto muito mais
Porque me entendo muito mais também

Gonzaguinha - Eu apenas queria que você soubesse

RESUMO

KLEIN, P. K. **Políticas públicas para jovens em favelas:** contexto, configurações e metodologias de implementação do Programa Caminho Melhor Jovem. 2016. 80f. Dissertação. (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2016.

Esta dissertação parte do estudo de caso do “Caminho Melhor Jovem”, uma política pública para jovens moradores de favelas do Rio de Janeiro, para pesquisar e refletir sobre juventude, educação não formal e políticas públicas. O trabalho investigou a “teoria” em paralelo à “prática” do Programa, isto é, a forma como ele foi idealizado e como de fato ele se realiza. A metodologia de pesquisa se deu pela problematização do contexto em que o mesmo está inserido (através das discussões trazidas pela bibliografia, de plenárias de comissões da câmara legislativa do Estado do Rio de Janeiro e de dados divulgados em matérias jornalísticas); pela análise de documentos oficiais do Programa (Regulamento Operativo – ROP, site e redes sociais); e por entrevistas e diários de campo em visitas ao projeto (2014, 2015 e 2016). Consideraram-se quatro características chaves do programa (intersectorialidade; atenção integral; territorialidade; emancipação e autonomia) *versus* três maiores problemas encontrados (descontinuidade, falta de infraestrutura e dificuldades na concretização de parceria) que afirmam a não concretização efetiva do Caminho Melhor Jovem.

Palavras-chave: Políticas públicas. Juventude. Cultura. Educação não formal.

ABSTRACT

KLEIN, P. K. **Public policies for young people in favelas: context, configurations and methodologies for implementing the Caminho Melhor Jovem Program.** 2016. 80f. Dissertation. (Master of Education, Culture and Communication), Faculty of Education of the *Baixada Fluminense*. University of the State of Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2016.

This dissertation of the case study of the “Caminho Melhor Jovem”, a public policy for young residents in *favela* of Rio de Janeiro, to research and reflect on youth, non-formal education and public policy. The study investigated the "theory" in parallel to "practice" of the program, that is, the way it was designed and how it actually takes place. The research methodology was given the context of questioning in which it is inserted (through discussions brought the bibliography, plenary committees of the legislative chamber of the State of Rio de Janeiro and data disclosed in news reports); the analysis of official documents Program (Operating Regulation - ROP, website and social networks); and interviews and daily field visits to the project (2014, 2015 and 2016). They considered four program key features (intersectoral, integrated care, territoriality, emancipation and autonomy) versus three major problems encountered (discontinuity, lack of infrastructure and difficulties in achieving partnership) who claim the ineffective implementation of the Caminho Melhor Jovem.

Keywords: Public policy. Youth. Culture. Non-formal education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Macroprocesso do CMJ	55
Figura 2	Processos no CMJ	56
Figura 3	Eixos do GPS	57
Figura 4	Notícias do site	59
Figura 5	Postagens do facebook	60
Figura 6	Postagens do instagram	61
Figura 7	Cartaz PAT.....	76
Figura 8	Divulgação	77
Figura 9	Divulgação do Seminário.....	78
Figura 10	Ficha de Inscrição em Oficina	79
Figura 11	Agendamento com Conselheiro	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Entrevistados(as)	17
Tabela 2	Histórico de ideias e marcos das políticas públicas brasileiras para a juventude a partir do referencial teórico de Abramovay; Castro (2002), Sposito; Carrano (2003) e Tommasi (2014)	22
Tabela 3	Paralelos com o Regulamento Operativo do Caminho Melhor Jovem com o Estatuto da Juventude (2013)	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APO	Analistas de Planejamento e Orçamento
BNH	Banco Nacional de Habitações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEUT	Centro de Ensino Unificado de Teresina
CHISAM	Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana
CMJ	Caminho Melhor Jovem
FEBF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
GPS	Grupo Potencializador do Ser
NESSA	Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSs	Organizações Sociais
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAT	Plano de Autonomia Territorial
PPFH	Programa de Políticas Públicas e Formação Humana
PPGG	Políticas Públicas e Gestão Governamental
ROP	Regulamento Operativo
SEASDH	Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro
SEELJE	Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude
SERFHA	Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas
SIFE	Students In Free Enterprise
UPPs	Unidades de Polícia Pacificadoras
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UGT	Unidade de Gestão Territorial

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO: da criação de projetos socioculturais à análise de uma política pública – o encontro com o Caminho Melhor Jovem	12
1.	CONFIGURAÇÕES E METODOLOGIAS DE PROJETOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES	19
1.1	O Estatuto da Juventude e seus antecedentes	19
1.2	Juventudes faveladas: representações e estigmas	24
1.3	O Estatuto da Juventude e o CMJ	29
2.	PROJETOS SOCIOCULTURAIS: ONGS E A ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL	33
2.1	Arte, cultura e educação não formal em projetos socioculturais	33
2.2	Ação territorial nas favelas e periferias.....	42
3.	CAMINHO MELHOR JOVEM: estudo de caso	50
3.1	Contexto de concepção e marcos do Programa	50
3.2	Em teoria: a metodologia inovadora	53
3.3	Em prática: por que “não funcionou”?	62
	CONCLUSÃO	68
	REFERÊNCIAS	73
	ANEXOS	76

INTRODUÇÃO

Da criação de projetos socioculturais à análise de uma política pública – o encontro com o Caminho Melhor Jovem

Pesquisar políticas, programas e projetos para as juventudes tem sido para mim um desafio. A partir da pesquisa, revejo a minha trajetória prática profissional e a partir dela, promovo uma reflexão com as redes que estabeleci contato em projetos em que já trabalhei ou fiz parcerias, além de conhecer trajetórias pessoais, profissionais e teóricas de trabalho com a juventude. A partir dessa soma, também repenso novos caminhos e busco aqui contribuir para a reflexão da atuação com juventude em projetos socioculturais e políticas públicas.

Comecei a minha atuação com “projetos”, embora não especificamente com a juventude, de uma forma que atribuo ser bastante mercadológica. Isto é, trabalhando com instituições privadas que investiam economicamente na realização de projetos sociais em prol da responsabilidade social empresarial.

Em 2007, enquanto estudante de Publicidade e Propaganda na Faculdade CEUT, em Teresina no Piauí, participei de uma Organização Não Governamental (ONG) norte americana chamada SIFE¹ (Students In Free Enterprise), que atualmente é denominada como Enactus². Na época, a ONG era apoiada por empresas como o HSBC, Walmart, Unilever e outras, e buscávamos dar assistência e/ou construir com moradores de comunidades de baixa renda atendidas, pequenas empresas, cooperativas e associações, como customização de roupas e chocolates artesanais. Naquele período, ainda sem refletir a respeito, acredito que tenha sido a primeira vez que ouvi a palavra “empreendedorismo”, termo que será abordado ao longo da dissertação.

Em 2010, já residindo no Rio de Janeiro e na graduação em Pedagogia, comecei a trabalhar no Sesc Madureira como produtora e educadora cultural. Durante os quatro anos que atuei nos setores de cultura e educação, formulei, planejei e executei projetos que, por meio da arte, cultura - em especial a cultura digital³ e pela educação não formal⁴, buscavam

¹Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q72Koy5R3EY>>. Acesso em: 3 de novembro de 2015

² Disponível em: <<http://enactus.org/>> .Acesso em: 3 de novembro de 2015

³ “O conceito de cultura digital não está consolidado. Aproxima-se de outros como sociedade da informação, cibercultura, revolução digital, era digital”. IN: <http://culturadigital.br/conceito-de-cultura-digital/> . Acesso em: 3 de novembro de 2015

⁴ O conceito será aprofundado posteriormente. Mas de uma maneira ampla, conceituo como as práticas educativas não sistematizadas em instituições escolares.

proporcionar o desenvolvimento artístico, cultural e social do público participante, que muitas vezes eram jovens de origem popular.

Neste percurso simultâneo de conhecer mais o Rio muito além da Zona Sul (que eu já conhecia como turista na minha infância e juventude) e propor projetos que de fato contribuíssem de alguma forma na vida das pessoas, conheci também diversos outros projetos realizados pelo setor privado, público e por ONGs, principalmente os que se conceituavam atuando com arte e cultura, como o AfroReggae e a CUFA.

Foi então que em 2012 conheci o projeto “Agência Redes para a Juventude”, realizada pela ONG Avenida Brasil e descrita como uma metodologia “inovadora”, “artística” e “experimental”⁵, sendo diferente de outros projetos realizados *com e para* jovens por trabalhar com o *protagonismo* e criação de projetos e ações formulados pelos jovens.

À medida em que eu fui ampliando as minhas vivências profissionais/afetivas/territoriais nas periferias e na região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro: Madureira, Cascadura, Méier, Quintino e Nilópolis ao início do curso de Mestrado em Duque de Caxias e a mudança de orientação, estendi a minha pesquisa para pensar em projetos sob a tutela do Estado em exercício nas favelas e periferias.

Foi assim que cheguei às políticas públicas de juventude e ao encontro do “Caminho Melhor Jovem” (CMJ), na época, em 2014, um projeto em início de sua implementação (a primeira vez que ouvi dizer sobre o CMJ foi a partir de um compartilhamento via *facebook* de um edital de seleção de profissionais) que tinha em seu escopo questões muito similares aos projetos socioculturais que eu já vinha trabalhando e pesquisando: juventude, cultura, expressão, protagonismo e empreendedorismo.

Já em 2015 realizei um estágio na Agência Redes para a Juventude, já mencionada, no qual estive próxima ao desenho de ação muito similar ao CMJ, além de atores (profissionais e jovens) que estavam também trabalhando ou sendo atendidos nos dois programas.

O Caminho Melhor Jovem é um projeto desenhado para o atendimento de jovens de 15 a 29 anos, moradores/as de territórios com Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). O mesmo se realiza pelo do atendimento individual de jovens por tutores e conselheiros que fazem a orientação e acompanhamento dos participantes nas suas escolhas de vida e para a construção de um projeto de ação territorial via fomentos de cultura (irei aprofundar a sua

⁵JUVENTUDE DE FAVELA E POTENCIA. Disponível em: <<http://www.riomaisocial.org/2012/09/juventude-de-favela-e-potencia/>>. Acesso em: 3 de novembro de 2015.

AS MUITAS REDES DO AGITADOR DA PERIFA MARCUS VINICIUS FAUSTINI. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/as-muitas-redes-do-agitador-da-perifa-marcus-vinicius-faustini-5543960>> Acesso em: 3 de novembro de 2015.

metodologia no capítulo 3).

Dessa forma, para estudar as contribuições da realização de uma política pública que objetiva a produção de novos significados na juventude favelada, direciono o estudo de caso do Programa, uma política pública financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que foi inicialmente gerida pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) do Estado do Rio de Janeiro e no momento está sendo executada pela Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude (SEELJE).

Quando decidi estudá-lo, as principais motivações se deram, em primeiro lugar, pelo próprio programa se considerar inovador, como constam nas informações no seu site oficial⁶. Embora a caracterização de inovador seja um discurso bastante presente como recurso de “divulgação e marketing”, sendo constantemente mencionado em campanhas do governo como exemplo de um caso de sucesso entre programas sociais nas áreas de UPP⁷, acredito que o desenho do programa seja de uma inspiração audaciosa, que se caracteriza por um novo modelo de atuação de programas e políticas.

“O Programa é inovador porque fortalece o(a) jovem como indivíduo, de forma flexível e personalizada, na construção de seu projeto de vida. Tudo com a orientação de profissionais especializados – psicólogos(as), assistentes sociais, pedagogos(as), entre outras áreas - que articulam oportunidades e serviços que possam garantir a concretização desta trajetória”. (Grifo nosso)

Por seguinte, me chamava a atenção as expectativas ambiciosas que o Programa apresentava terem relação aos investimentos e expectativas de resultados, o qual possui uma “estimativa de, em quatro anos, chegar a aproximadamente 20 territórios pacificados, atendendo a 40 mil jovens diretamente”⁸.

O trabalho investigou a “metodologia” do programa, isto é, a forma que ele foi configurado para se realizar, buscando também conhecer o atual cenário das políticas públicas de juventude, em especial para jovens de favelas, do Governo do Estado do Rio de Janeiro a fim identificar esse novo fazer (metodologia) que se assemelha (inspiram-se) a um trabalho originário pelas ONGs entre 1980 e 1990.

⁶ CAMINHO MELHOR JOVEM. Disponível em: <<http://www.caminhomelhorjovem.rj.gov.br/principal/programa/oquee.php>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2014.

⁷ Antes de ser reeleito, o governador Pezão menciona o CMJ em entrevista ao portal Favela247. Quando perguntado sobre as parcerias entre UPP e UPP Social: o “Programa Caminho Melhor Jovem é um bom exemplo dessa parceria. O projeto tem como objetivo promover a inclusão social de jovens, entre 15 e 29 anos, moradores de áreas pacificadas, através de orientações sobre vagas existentes no mercado de trabalho”. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/155556/Pez%C3%A3o-Se-teve-um-governo-que-n%C3%A3o-compactuou-com-erro-do-PM-foi-o-nosso.htm>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2014.

⁸ CAMINHO MELHOR JOVEM.

Desde as décadas de 1980/90 há o aumento de projetos sociais e culturais realizados por Organizações Não Governamentais – ONGs para jovens em favelas. Atualmente, a movimentação de programas, projetos e ações também realizadas pelo Estado começam a se instaurar para além das políticas públicas formais de educação e assistência social (escola e atendimento na saúde, por exemplo) para a juventude.

Durante o percurso de realização do mestrado, somado ao curso das disciplinas oferecidas pelo Programa, fiz um curso de Aperfeiçoamento em Políticas Públicas de Qualificação Profissional, Emprego e Renda para Jovens e Adultos Trabalhadores no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) que me proporcionou o aprofundamento da discussão sobre políticas públicas para jovens moradores de favelas, pensando a educação no viés da educação não formal na relação com a arte, cultura e trabalho. Acompanhei também a agenda de discussão e encontros dos grupos “Fórum de juventudes do Rio de Janeiro” e do “Juventude RJ – Coletivo sem fronteiras” indo a uma reunião do último grupo quando os mesmos ainda se denominavam “Fórum das juventudes faveladas do Rio de Janeiro”, a qual se discutia novos formatos de ação para o CMJ.

Recentemente, em outubro e novembro de 2015, participei como ouvinte da “3ª Conferência Estadual de Juventude”, a qual o CMJ, junto aos Centros de Referência de Juventude, foi citado pelo secretário Marco Antônio Neves Cabral como projetos de destaque na sua gestão.

A metodologia de pesquisa se deu da seguinte forma:

1. Problematização do contexto em que o mesmo está inserido (através das discussões trazidas pela bibliografia, de plenárias de comissões da câmara legislativa do Estado do Rio de Janeiro e de dados divulgados em matérias jornalísticas).
2. Análise de documentos oficiais do Programa (Regulamento Operativo – ROP, site e redes sociais).
3. Análise de entrevistas e diários de campo (2014, 2015 e 2016).

A relevância do tema se justifica por tratar-se de questões vivenciadas em um cenário polêmico, imerso no processo da conjuntura de “mega eventos” e “pacificação das favelas”, sendo o CMJ um dos atuais projetos de maior destaque da SEELJE. Por outro lado, o CMJ tem passado, desde a sua origem, por diversos problemas de descontinuidade, pela não

efetivação total da sua proposta e muitas ações somente pontuais e mal executadas⁹.

Contudo, há um investimento crescente econômico, físico e intelectual em programas e projetos similares, como o patrocínio da Prefeitura do Rio de Janeiro na Agência de Redes para a Juventude¹⁰ e os esforços do Programa em se tornar uma política pública municipal. Dessa forma, com o foco no Caminho Melhor Jovem, deseja-se compreender acertos, erros, limitações e contribuições na condução de uma política pública integral de juventude e territorialização que tem a produção cultural como um dos seus nortes, entendendo que:

1. A crescente ocupação das favelas por programas e projetos de ação governamentais baseados em formatos que até a última década do século XX eram realizados principalmente pelas ONGs;
2. A formulação de programas e projetos de políticas públicas para a juventude das favelas atuais se inspira na fonte de formulação de projetos produzidos pelas ONGs, e se volta a elas também, para a realização destes projetos por meio das parcerias do “mercado social”;
3. Tais políticas públicas produzem e reproduzem as representações dos jovens favelados na sociedade.

A organização do texto foi distribuída em três capítulos que foram desenvolvidos de forma não-linear. Aprofundei as discussões à medida em que realizei disciplinas e participei de reuniões, fóruns e encontros em outros espaços que tem me propiciado a discussão, como o curso que realizei em outubro “Eixos Estruturantes para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens”, que foi ofertado pelo CMJ em parceria com o NESA (Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente).

No primeiro capítulo: “Configurações e metodologia de políticas e projetos para as juventudes” a discussão gira em torno das identidades e representações dos jovens favelados. Foi realizado por pesquisa bibliográfica e historiográfica sobre juventude, estigmas, identidades, perspectivas e realidades da juventude. Assim busco aqui problematizar a inserção e realização desse projeto em algumas favelas do Rio de Janeiro, sob o viés das

⁹<http://oglobo.globo.com/rio/com-verba-milionaria-projeto-para-jovens-de-favelas-nao-decola-16376881>

¹⁰ Prefeitura do Rio levará metodologia inovadora paracapacitação de jovens . In: <http://www.pcrj.rj.gov.br/web/smc/exibeconteudo?id=5365638>

discussões de políticas públicas para a juventude e favelas e trabalho.

Em “Projetos socioculturais: ONGs e a atuação Governamental”, segundo capítulo, busco aqui refletir sobre dois momentos de projetos sociais e culturais: um entre 1980/1990 realizado por ONGs (embora atuação destas ainda seja considerável) e outro em curso de projetos e políticas governamentais com definições sobre política pública.

A metodologia se deu pela investigação de documentos descritivos dos projetos (apresentações e documentos descritivos) buscando entender como eles se desenvolvem; quais são as tensões e saberes desses Programas e quais são as contribuições para os jovens participantes das suas ações.

Por fim no terceiro capítulo, “Caminho Melhor Jovem” abordo especificamente a metodologia do programa a partir da análise de documentos oficiais, das observações em campo e de entrevistas realizadas com formuladores, implementadores e articuladores do Programa, bem como, realizo uma análise das representações sociais a partir dos discursos oficiais do Programa Caminho Melhor Jovem.

As entrevistas realizadas estão listadas abaixo. Entrevistar algumas dessas pessoas não foi fácil do ponto de vista de muitas sentirem-se receosas em informar dados pessoais, como as suas Unidades de trabalho, que pudessem comprometê-las em seus cargos. Diante disso, somente as identidades de três entrevistados estão reveladas por serem pessoas que têm cargos mais públicos e/ou não se importarem em ter seus nomes divulgados.

Tabela 01. **Entrevistados(as)**

Entrevistado (a)	Descrição	Data da entrevista
Guilherme (nome fictício)	Era estagiário do CMJ em 2014	12/09/2014
Fernanda (nome fictício)	Foi coordenadora articulação institucional do CMJ em 2013	06/11/2014
Fransérgio Goulart	Ativista do movimento social das juventudes do Rio de Janeiro	12/03/2015
Amanda (nome fictício)	Era Conselheira do CMJ em 2014	13/03/2015
Mariana (nome fictício)	Era Conselheira do CMJ em 2014	13/03/2015
Morgana Eneile	Foi coordenadora geral do CMJ entre 2013 e 2014	12/05/2015
Rodrigo (nome fictício)	Foi conselheiro e coordenador de território do CMJ em 2014 e 2015	28/11/2015
Marcus Faustini	Foi consultor do CMJ e criador do projeto Agência de Redes para a Juventude; Foi também secretário de Cultura e Turismo do município de Nova Iguaçu; Assessor especial de Cultura e Território na Secretaria Estadual	18/03/2016

	de Direitos Humanos do Rio de Janeiro; Superintendente de Cultura e Sociedade na Secretaria Estadual de Cultura	
Camila (nome fictício)	Tutora do projeto de 2013 a atual	02/04/2016

Fonte: A autora, 2016.

É importante ressaltar que a pesquisa não esgota e tão pouco almeja responder com um sim ou não a pergunta “o CMJ funciona?”, mas é uma contribuição para se pensar alguns desafios do desenho, formato de uma política pública em paralelo com a sua execução.

1 CONFIGURAÇÕES E METODOLOGIAS DE POLÍTICAS E PROJETOS PARA AS JUVENTUDES

1.1 O Estatuto da Juventude e seus antecedentes

As concepções sobre a *juventude* diferem-se no quando e onde, no tempo histórico, cultural e espacial. Entre inúmeras conceituações histórico-culturais, a *juventude* é a segunda etapa da vida do homem ocidental, após a infância, caracterizada pela preparação e estágio para a vida adulta. É um tempo que, para o jovem urbano, é dedicada grande parte da construção da sua subjetividade e identidade, para as experimentações, ao conhecimento dos outros e do mundo, aos estudos e diversões e para a formação ao mercado de trabalho, como afirma Ribeiro (2014, p. 3), é “justamente na juventude que o sujeito experimenta, com maior autonomia e intensidade, possibilidades de inclusão na vida social”.

Ainda que essa concepção seja uma das possíveis, são várias as juventudes no Brasil e no mundo que se divergem quanto ao seu modo de vida e das identidades e representações culturais, fato que pelo qual se adere “as juventudes”, tendo nesse plural o significado de que também não se pode unificar uma só juventude. Os seus gostos e atitudes são formados a partir das influências, experiências e relações locais, bem como as globais, hoje facilmente construídas com as mídias e hibridizações culturais.

Tais caracterizações afirmam identidades, mas também correm o perigo de delimitar sujeitos em categorias que não são estanques, pois elas não são fixas e permanentes. Apesar de ser comum as influências de identificação cultural para toda a vida do sujeito, a juventude, como já foi dito, é marcada por experimentações que assumem identidades móveis e flexíveis.

Buscam-se conceituações que mostrem essa pluralidade histórica, cultural, híbrida e em construção (HALL, CANCLINI, 2005). Em um recorte econômico, rotulam-se as juventudes em classes sociais de consumo e criam-se categorias definidas a partir de bens que possuem e podem adquirir. Pelo tempo de vida, embora a simples delimitação cronológica não represente todas as especificidades da juventude, ela é importante para apontar marcos e alcances de direitos e recortes orçamentário. Contudo, verifica-se que este também não é consenso, tendo definições que mudam em diferentes países e estatutos.

No Brasil, se desde 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, assegura os direitos dos indivíduos de até 18 anos, a faixa etária posterior a esta idade, até 2013, já passava a se configurar entre as leis gerais brasileiras, sem direitos e deveres específicos para a “juventude” após os 18 anos completos.

Para a aprovação do Estatuto da Juventude, Lei 12.852, o qual entrou em vigência em 2014, foram anos em disputas e tramitações sociais e políticas. Esta Lei define o jovem cronologicamente entre as idades de 15 a 29 anos, o reconhece como sujeito de direitos afirmando os direitos à diversidade e à igualdade; ao desporto e ao lazer; à comunicação e à liberdade de expressão; à cultura; ao território e à mobilidade; à segurança pública e ao acesso à justiça; à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à saúde; à educação; à sustentabilidade e ao meio ambiente.

Irei debater tais direitos (e a sua não garantia) no próximo subcapítulo o que traz um grande distanciamento entre o que está na lei, no papel, e de fato a sua operacionalização, a sua prática.

O período de transição entre o século XX e XXI e os primeiros anos do novo século marcam também uma nova maneira de se fazer política pública no Brasil. Pode-se fazer uma relação à mudança do governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o governo Lula, em 2003, e a esperança de uma política mais relacionada aos movimentos e causas sociais e populares.

Sobre disputas e reivindicações de movimentos sociais e da sociedade civil, as políticas públicas tornaram-se mais focadas em grupos e causas específicas, como as minorias, tais quais nas políticas específicas para as mulheres, para negros, índios, juventudes e também em territórios marginalizados de direitos: territórios indígenas, quilombolas, subúrbios, periferias e favelas.

A partir de autores que apresentam históricos de políticas públicas para as juventudes, elaborei uma tabela (TABELA 02) de apresentação de uma breve linha do tempo do pensamento das políticas públicas da década de 20 até chegar ao Estatuto da Juventude (Abramovay; Castro (2002), Tommasi (2014), Sposito; Carrano (2003)). O desenho desta tabela se objetiva em apresentar uma visualização mais sistemática desse percurso. Por outro lado, entendo que tais linhas de pensamentos, leis, ações, programas e projetos envolvendo o aparelho público estatal junto à sociedade civil podem ocorrer simultaneamente, tendo passados por transições diluídas e não são tão delimitadas, fixas ou estabelecidas em datas.

Os antecedentes das políticas e projetos de juventude no Brasil, focadas em faixas etárias até os 18 anos, encontravam-se na consideração do jovem como um problema social que necessitava de controle e intervenção comportamental. São projetos como o Primeiro Código de Menores do Brasil (1927) e a Lei de Segurança Nacional (1964) com o controle de estudantes (jovens militantes) e outras populações (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003) que

eram atribuídos para a manutenção do comportamento juvenil.

Abad *apud* Sposito; Carrano (2003) enumera quatro períodos-chaves de realizações de políticas públicas de juventude na América Latina.

- a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980);
- b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985);
- c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000);
- d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000)

Os autores (*idem*, 2003, p. 31) identificaram que durante o Governo FHC (1995-2002) havia pouca participação coordenativa do governo federal, constatando a “ausência de registros sobre a avaliação e o acompanhamento gerencial das políticas”. Nesse período, foram identificados 30 programas/projetos governamentais situados em diferentes Ministérios que, de modo geral, partiam de duas concepções principais: o *protagonismo juvenil* e a *jovens em situação de risco social*. Diretrizes presentes em documentos, discursos, direcionamentos e no desenho de programas. Representações simplificadas e estratégicas para a fonte de financiamentos, ressaltam os autores, que ainda hoje continuam sendo diretrizes de políticas atuais, como o próprio CMJ e mais que isso, a “herança” do período ainda se estende:

“o Brasil, do ponto de vista global, optou por um conjunto diversificado de ações – muitas delas efetivadas na base do ensaio e do erro –, na falta de concepções estratégicas que permitam delinear prioridades e formas orgânicas e duradouras de ação institucional que compatibilizem interesses e responsabilidades entre organismos do Estado e da sociedade civil. Nesse sentido, é possível afirmar que a herança deixada pelo governo incide mais sobre projetos isolados, sem avaliação, configurando a inexistência de um desenho institucional mínimo que assegure algum tipo de unidade que nos permita dizer que caminhamos na direção da consolidação de políticas e formas democráticas de gestão”. (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.31)

A formação de uma agenda pública sistemática e contínua sobre a discussão das juventudes se aquece posterior a 2002. No sentido de centralização das políticas públicas de juventude, em 2005, no Governo Lula (2003-2010), através da Lei 11.129, se institui em nível federal a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). A SNJ fica sendo responsável por coordenar as políticas públicas para jovens em nível federal, as quais são baseadas muitos projetos e programas estaduais e municipais.

Tabela 02. Histórico de ideias e marcos das políticas públicas brasileiras para a juventude a partir do referencial teórico de Abramovay; Castro (2002), Sposito; Carrano (2003) e Tommasi (2014)

1927: Primeiro Código de Menores do Brasil (Código Mello Matos), o qual orientou a formulação de demais políticas públicas para a juventude até a década de 70;

1950 a 1980: foco na educação e no tempo livre do jovem;

Entre 1960 e 1970: Lei de Segurança Nacional (1964), controle de estudantes (jovens militantes) e outras populações; os programas privilegiavam jovens já “incluídos” ou das classes médias e média alta;

Entre 1970 e 1985: controle e coerção social da juventude organizada;

Até 1980: políticas funcionalistas, instrumentais e tutelares;

Entre 1985 e 2000: políticas que objetivam a diminuição da pobreza e de crimes;

1990: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

A partir do final de 1990 e início de 2000: multiplicação de fundações empresariais; parcerias com a sociedade civil; criação de secretarias especiais em níveis federal, estadual e municipal; inserção do jovem excluído no mercado de trabalho;

2005: Criação da Secretaria de Juventude

2013: Estatuto da Juventude;

Fonte: A autora, 2016.

O reconhecimento dos jovens como sujeito de direito demanda a participação do Estado na implementação de projetos e políticas públicas para o segmento (RIBEIRO, 2014). Para tanto, o Estatuto da Juventude (2013) é o maior marco para os direitos da juventude no Brasil, todavia faltam instrumentos para a sua operacionalização

Para a proposição de ações e instrumentos para a juventude, é importante que se tenha o conceito de transversalidade das políticas públicas de juventude, isto quer dizer que as propostas não devem estar descoladas da realidade do jovem atendido por elas e sim entrelaçar o seu universo.

“Nenhuma política de juventude acontece sozinha ou isolada, ela vai ser potencializada se trabalharmos com o jovem na perspectiva de um sujeito integral, demandante de distintos desejos e necessidades. Ou seja, implementar a transversalidade de políticas é entender quem são os sujeitos que as demandam e suas trajetórias de vida multidimensionais”. (BRASIL, 2014, p. 59)

Nesta perspectiva, a discussão do trabalho e renda, como concepção de sujeitos que buscam autonomia social e financeira é tão presente nas discussões de juventude, que também encontra no “empreendedorismo” uma saída para ao desemprego, a crise no mercado de

trabalho e a informalidade. Nesse sentido, no Estatuto do Projovem, a ideia de “empreendedorismo juvenil” aparece como forma de incentivar atividades empreendedoras como formas alternativas de inserção do jovem no mundo do trabalho.

O conceito de empreendedorismo vem da administração e dos negócios como a característica de uma pessoa inovadora e independente, que assume riscos ao criar algo novo ou propor mudanças numa empresa já existente (DORNELAS, 2014). No mesmo sentido, nos “negócios sociais”, o termo é utilizado para designar a atitude de independência que se busca construir com a pessoa, isto é, público atingido, almejando a não “dependência” de um vínculo empregatício, por exemplo, como aponta Tommasi:

“Há um discurso ideologicamente orientado que coloca o empreendedorismo como uma solução para o problema do desemprego juvenil. Num sistema (capitalista) onde o emprego formal, a carteira assinada, se tornou uma "miragem" inatingível para a maioria dos jovens, o discurso neo-liberal (o mesmo partidário da flexibilização e da desregulamentação) propaga o empreendedorismo como uma qualidade fundamental a ser cultivada entre os jovens e, ao mesmo tempo, uma forma de inserção no mundo do trabalho através do chamado auto-emprego, ou seja a abertura de um negócio ou empreendimento próprio” (TOMMASI, 2006, p. 1)

Ainda que a discussão seja mais abrangente, ao que tange a crítica de quem vê uma forte tendência neoliberal e de formação individualista dos projetos que trazem a perspectiva empreendedora, na entrevista que realizei com o Faustini, busquei saber a opinião que ele tinha sobre isso:

“Eu não me preocupo com isso. Isso é problema de quem está falando e não meu. A pessoa fala isso de uma matriz ideológica e não política, que nem sempre são as mesmas. A gente cria no jovem uma cultura empreendedora, de ligar o empreendimento da própria vida. Você vai me dizer que as meninas que criaram um projeto para meninas grávidas na Providência é individualista? Você vai dizer que as meninas que estão criando roupas com estampas da memória do bairro são individualistas? Isso é uma retórica ideológica porque alguns grupos se sentiram ameaçados com a hegemonia que tinham de serem senhores da política de juventude, como a agência rompe com a tradição de que tudo deve ser pensado pela academia e trazemos artista” (Marcos FAUSTINI, 2016)

O embate entre as concepções divergentes se configura entre as visões ideológicas e políticas: a “liberal” que enfatiza o “empreendedorismo juvenil” e a de “sujeito de direitos”, que prioriza os “direitos de cidadania” (ROCHA, 2012). Fransérgio contesta esse formato “empreendedor” a partir de uma leitura individualista:

“Tínhamos uma crítica a metodologia do CMJ por fazer um percurso muito individual e sugerimos a criação de um fundo para que aquele coletivo de jovens pudesse gerir e pensar numa ação mais coletiva” (Fransérgio Goulart, 2015)

A crítica atribuída pelo Fransérgio, foi um dos pontos em que o CMJ foi reformulado

em 2013 e assim sendo criado o Grupo Potencializador do Sujeito (GPS) que será abordado posteriormente.

Ao ser questionado sobre algum programa de referência de juventude, para Goulart, o projeto Rede Cuca¹¹ de Fortaleza, Ceará, é um deles:

“o Cuca de Fortaleza na qual o jovem produzia, realizava, tinham estúdios, espaço para o jovem produzir, para a fruição sair. Foi gerido por organizações locais, um grupo misto, muitos de grupos juvenis na época”. (GOULART, 2015)

Obviamente que não existem fórmulas para um programa de juventude que seja perfeito, mas as orientações e perspectivas preferidas por alguns atores devido ao seu modelo de referência, podem ser também “replicados”, respeitando as diferenças, em outras realidades.

De acordo com o pensamento de Fransérgio, percebe-se a importância da produção e do local, o que proporciona à juventude a sua criação e autorrepresentação da sua história e dos seus caminhos de vida, o que é também uma prática no desenho dos programas de juventude que trabalham tanto com a concepção empreendedora e da concepção de direitos. Desse modo, por mais que seja observado uma divergência teórica, na prática, os “modelos” acabam por convergir-se, tendo ambos realizando a “metodologia” de construção da representação da juventude por ela mesma.

Podem existir entre a teoria e prática de um Projeto, enormes divergências. Mas ainda que os dois entrevistados tenham visões e posturas políticas e atuações diferentes na teoria, existe uma aproximação na prática.

1.2 Juventudes faveladas: representações e estigmas

Evidentemente que nem no mesmo país todos vivem a mesma juventude, além dos jovens em comunidades rurais ou hippies, por exemplo, viverem em outra lógica societária, há uma grande parte de jovens nas regiões metropolitanas que são obrigados a viverem outras juventudes a partir da privação de direitos, da falta de oportunidades, de um destino limitado que lhes são reservados (formação técnica, subempregos, adultização precoce) e do estigma e preconceito da sociedade pelas suas origens sociais, culturais e econômicas.

¹¹ A Rede Cuca são três equipamentos municipais que “atendem jovens de 15 a 29 anos, residentes em áreas de alta vulnerabilidade social” Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/redecuca/sobre>>. Acesso em 07 de setembro de 2015.

O direito à cultura, a expressão, o respeito as suas identidades culturais para todos aparecem estão descritas em diversos documentos como a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002) e o próprio Estatuto da Juventude (2013), mas a realização desse direito não contempla a cidade como um todo. Por muito tempo, a favela como um território marginalizado e à parte do “asfalto”, careceu de diversos serviços públicos e estes direitos não foram assegurados aos moradores. Apesar da riqueza em patrimônio imaterial (do samba, funk, criatividade, dança do passinho), o território da favela ainda hoje carece de espaços e equipamentos culturais, muitas vezes onde projetos socioeducativos e culturais cobrem lacunas.

Segundo pesquisa realizada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)¹², os jovens moradores de favelas com UPPs citam principalmente os problemas relacionados a violência, como a polícia, vizinhos e a proibição dos bailes funks.

Observa-se que a garantia dos direitos não é também simétrica para todos, mesmo para os que vivem na mesma lógica de deveres comportamentais da sociedade urbana (obediência civil, regras, leis, papéis sociais e etc). A garantia de direitos diverge, principalmente, quanto ao perfil socioeconômico e identitário das juventudes, e com isso produz oportunidades diferentes e também limitadas. Dos 11 direitos apresentados no Estatuto da Juventude, percebe-se que de alguma forma todos são infligidos para o jovem das favelas. Este jovem pode até usufruir de alguns desses direitos, mas de uma forma limitada e reduzida em comparação com a juventude de outros territórios, onde serviços básicos, oportunidade e o tratamento de prestadores de serviços (como a polícia) são diferentes.

O jovem da favela não é tratado em igualdade a outros jovens. A sua expressão, lazer, cultura e mobilidades são controlados pela polícia (proibição do baile funk nas favelas, por exemplo), a saúde e educação de baixa qualidade. Casos ocorridos nos últimos meses que reduzem o ir e vir na cidade, pré-criminaliza e acomete jovens de origem popular por abusos de vistorias e recolhimentos¹³ evidenciam as limitações de direitos e liberdade desconstruindo processos de autonomia do jovem.

Os jovens das favelas e periferias não têm as mesmas oportunidades do mesmo grupo

¹²O GLOBO. Para jovens de favelas com UPP, pobreza é o maior inimigo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/para-jovens-de-favelas-com-upp-pobreza-o-maior-inimigo-3298717#ixzz3OEqRfju0>>. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

¹³PM aborda ônibus e recolhe adolescentes acaminho das praias da Zona Sul do Rio. Disponível em<<http://extra.globo.com/noticias/rio/pm-aborda-onibus-recolhe-adolescentes-caminho-das-praias-da-zona-sul-do-rio-17279753.html>>. Acesso em 07 de setembro de 2015.

das classes médias e abastadas. Para eles, além da falta de oportunidade de estudo e lazer e o futuro incerto, há a violência econômica, social, física e simbólica e o estigma de suas identidades étnicas (negro) e origens sociais (pobres favelados).

Estão estampados nas notícias e estatísticas que a juventude favelada é um grupo minoritário alvo de ações violentas da polícia militar, beneficiada pelos autos de resistência (quando não há investigação sobre mortes pela polícia em sua defesa) e do descaso de serviços públicos de saúde, educação, cultura e lazer de qualidades.

Segundo Waiselfisz, no relatório Mapa da Violência (2014), dados do SIM/Datasus do Ministério da Saúde mostram que “mais da metade dos 56.337 mortos por homicídios, em 2012, no Brasil, eram jovens (30.072, equivalente a 53,37%), dos quais 77,0% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino”.

Facina (2010) diz que passamos por uma política de extermínio de jovens pobres e pretos moradores de favelas e periferias urbanas, no qual passam por discriminações as suas práticas culturais e indenitárias, como gostar de funk, hip-hop, rap ou qualquer outro estilo musical, assumir o cabelo afro e vestir-se da maneira que quiser. Os jovens são percebidos e tratados como possíveis criminosos corroborando para o preconceito a eles. (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008).

Neste sentido, Fernandes (2013) também percebe duas visões sobre a juventude produzidas por moradores de favela mais velhos: uma que vitimiza-os por suas escolhas, na qual a entrada no tráfico pode ocorrer pela falta de oportunidades “melhores” e outra que culpabiliza-os, assumindo que os jovens da favela estão perdidos e sem perspectivas de outro futuro e por isso entram no tráfico.

São conceituações nas quais “deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande” (GOFFMAN, 1988, p. 6).

Ao serem autoreconhecidos como minorias, no sentido qualitativo do termo, os grupos buscam ter voz e disputam os seus direitos. As relações de poder passam a ser questionadas à medida em que os que antes eram considerados marginalizados começam a reivindicar os seus direitos. Nesse sentido, os “novos mediadores” (ANSEL, 2012), que podem ser os projetos socioculturais e a produção artística e cultural da favela, da juventude e dos negros, contribuem ao problematizar a marginalização dessas minorias e vêm a produzir novos discursos de empoderamento e disputa. Segundo Sodré (2005, p. 1), as minorias são “um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica”.

É por isso que romper as barreiras simbólicas é um exercício para a sociedade democrática na busca de direitos de uma minoria. A própria juventude favelada precisa se enxergar como tal e a partir do seu reconhecimento, exigir por ações afirmativas e políticas públicas. As mudanças nas representações sociais são lentas e o legado histórico enraizado em preconceitos, estigmas e exclusões.

As representações sociais e os estigmas vividos pela juventude favelada retratam questões de limitações e falta de oportunidades como as condições da *geração nem-nem*, termo atribuído quando jovens nem estudam e nem trabalham, fruto da condição desigual de oportunidades de inserção social dos jovens e das trajetórias individuais (CARDOSO, 2013).

A atual representação social existente sobre a favela é ainda dependente das primeiras representações dela no início do século XX, nas quais eram vistas como problema e doença social a ser resolvido (VALLADARES, 2005) e os seus moradores vistos como sujos, mal cuidados, doentes, vagabundos, preguiçosos e potenciais criminosos.

Tais representações como lugar e pessoas inferiores indicam a estigmatização destes por grupos hegemônicos (GOFFMAN, 1998). A sociedade estabelece categorias de normatização das identidades sociais e de como o outro deveria ser. Dos três tipos de estigmas enumerados pelo autor (abominação do corpo; culpas do caráter individual e; tribais de raça, nação e linhagem), o pobre negro e morador de favela está nestas duas últimas categorias.

A favela, como espaço marginalizado, tem o estigma construído historicamente como fora do padrão de normalidade de outros espaços urbanos e o favelado é o “indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (Idem, p.4). Para Brum (2012),

“a favela, desde sua origem, já possui estigmas a ela associados. Mais que isso, os estigmas são partes essenciais para a construção do conceito de *favela*, estando a ele associado de forma inexorável. Na sua própria essência, a *favela* é o estigma, pois aponta uma área urbana onde existem os sinais do que não deveria haver numa cidade que se queria moderna e/ou civilizada”. (BRUM, 2012, p. 40)

A internalização das inferioridades e dos estigmas se perpetuam na construção da individualidade do jovem. Desse modo ele passa a se sentir inferior e incapaz de disputar espaços, narrativas e repertórios na cidade, parte a achar que as suas oportunidades profissionais e pessoais são limitadas, só com um caminho de trabalho e renda e de estilo de vida.

Os grupos excluídos são vistos como anômicos pelos estabelecidos. A favela e os seus moradores foram e ainda são vistos como território sem lei ou regidos pelas “leis dos bandidos”, e de fato existem diversas localidades em que as milícias e facções exercem um

controle territorial.

Elias e Scotson, (2000, p. 28) dizem que “os outsiders vivenciam a sua inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana”. Essa construção, inculcada em muitos moradores das favelas desde crianças, os fazem sentirem-se inferiores a outros cidadãos do resto da cidade, como se eles possuíssem menos direitos que outros. “A discriminação por endereço”, descrita por Novaes (2006) é real, só que ela pode ser revertida ao longo do tempo à medida em que tais grupos excluídos se organizem para a construção de novas representações, é claro que não são transformações espontâneas e rápidas. São disputas que se dão pela construção de novos discursos.

“certos endereços também trazem consigo o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência e a corrupção dos traficantes e da polícia - chamadas de favelas, subúrbios, vilas, periferias, morros, conjuntos habitacionais, comunidades. Ao preconceito e à discriminação de classe, gênero e cor adicionam-se o preconceito e "a discriminação por endereço" (NOVAES, 2006, p. 106)

Uma das formas de trabalho com a juventude para a construção de novos discursos e representações é o empoderamento a partir da coesão e integração dos grupos juvenis na construção da identidade e autonomia como produção diferencial de poder.

A ação a partir da perspectiva do empoderamento busca romper estes estigmas pela construção de uma consciência não somente individual e psicológica, mas também social e política, como é a definição freiriana, que tem o entendimento de que a tomada de consciência sobre a sua realidade e a problematização dela é um caminho para o processo de liberdade e transformação da sociedade (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2010, p. 147).

Desse modo, se reconhecer como favelado, a sua identidade, história e memória e se enxergar como possuidor de direitos é um início para a construção de novas representações e para a disputa dos direitos e dos espaços. Nesse sentido, o trabalho com a autoestima e empoderamento são pontos chaves nestes projetos e ações em políticas públicas porque se as questões forem bem trabalhadas, se for permitida a escuta do jovem, pode-se produzir novas possibilidades e sua emancipação do que está acorrentado.

Fransérgio, em entrevista apresenta também essa perspectiva:

“Uma boa política pública de juventude é aquela que possibilita ele a produzir, ajuda nesse processo de construção de autonomia e emancipação. O que vem pronto é muito difícil de dar certo. Quando as políticas só pensam no básico: “vamos fazer formação” aí tem pouco espaço para esse jovem produzir. No PROJOVEM foi uma tentativa. Tinha uma interface que eram nas aulas de desenvolvimento comunitário para os jovens produzirem ações nas suas comunidades, mas também a coisa não aconteceu. Mas uma história boa de PROJOVEM foi quando o projeto estava pronto e aí jovens mulheres começaram a frequentar essa sala e aí tem experiência que a

partir da participação dessas mulheres em alguns estados teve a criação de lugares para deixar as crianças. Era um processo que foi se modificando” (GOULART, 2015)

Teoricamente o CMJ também tem em sua conceituação essa prerrogativa de autonomia, emancipação e direito. Sendo vinculado especificamente as áreas de UPP, além da ação com o território, que é um dos espelhos do Estatuto da Juventude, destaco essas interrelações e suas conceituações no subcapítulo a seguir.

1.3 O Estatuto da Juventude e o CMJ

A definição de política pública perpassa pela construção e formulação de leis, documentos, ações, entre outros, tendo o aparato público-estatal nas esferas de definição, execução ou avaliação e com a destinação pública (BRASIL, 2013). Para Souza (2006), a política pública é o governo colocando-se em ação na execução, análise e/ou mudança de algo na sociedade:

“A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26)

Embora se faça a distinção entre política pública x política de governo, sendo a segunda uma proposta pontual e descontínua que se utiliza de ações para a propaganda política e a conquista de eleitores e votos, irei me referir ao CMJ como tal política pública, ainda que ele venha sendo referenciado como essa política governamental. A “política pública não pode ser reduzida à prestação de serviços, já que envolve projeto de natureza ético-política e numerosos níveis de relações entre o Estado e a sociedade civil” (BRASIL, 2013, p. 49).

Tendo o Governo do Estado do Rio de Janeiro como proponente e executor a partir de indicações federais, elaborei um paralelo da proposta de ação do mesmo a partir do seu Regulamento Operativo com as diretrizes do Estatuto da Juventude. Em seguida, caracterizo sobre estas definições entre o espelho (Estatuto) e o Programa enquadrado (o CMJ) buscando entender tais prerrogativas e conceitos da política pública de juventude no programa em análise.

Tabela 03. Paralelos com o Regulamento Operativo do Caminho Melhor Jovem com o Estatuto da Juventude (2013)

Caminho Melhor Jovem (ROP, 2013)	Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013)
1. Palavra-chave: intersectorialidade	
<p>“A construção de uma oferta integral de serviços para os territórios pacificados é o resultado dos arranjos que a SEASDH, apoiada pela UGP, constrói com cada uma das Secretarias do Estado que participam do Programa, bem como municípios e organizações sociais, por meio de Acordos de Gestão (AG). (...)Áreas temáticas, linhas de ação e montantes previstos para os AG: Educação, Saúde, Cultura, Trabalho e ingressos, Esporte, Ciência e tecnologia, Egressos do sistema penitenciário e jovens em medidas sócio-educativas. A execução de projetos e ações dentro dessas áreas temáticas poderão ser pactuadas com secretarias de estado, secretarias municipais, autarquias e fundações, bem como instituições da sociedade civil com atuação no território, desde que atendam aos objetivos e princípios do programa. Dentro de cada área temática serão ainda incorporadas temáticas transversais, tais como: gênero, igualdade racial, deficiência, entre outras.”</p>	<p>“Desenvolver a intersectorialidade das políticas estruturais, programas e ações”</p>
2. Palavra-chave: atenção e desenvolvimento integral	
<p>Modelo de atenção integral que facilite um vínculo adequado e oportuno entre a oferta de serviços e a demanda dos jovens, mediante estratégias diferenciadas de atenção e acompanhamento. Este componente concentra as ações dirigidas a fortalecer a demanda, isto é, que os jovens fortaleçam e/ou construam seus projetos de vida</p>	<p>“ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios;”</p>
3. Palavra-chave: territorialidade	
<p>(...) expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços sociais existentes em cada território (saúde, educação, trabalho, cultura, proteção social, esporte, entre outros) mediante o acesso a vagas, o redesenho, adequação ou criação de programas, a cargo de fornecedores estaduais ou municipais, com padrões de qualidade e esquemas ágeis de execução que permitam a articulação e complementação entre os mesmos a favor da inclusão adequada dos jovens beneficiários do Programa.</p>	<p>V - garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre;</p> <p>VI - promover o território como espaço de integração;</p>
4. Palavra-chave: emancipação e autonomia	
<p>(...) Processo de acompanhamento personalizado para que os beneficiários possam construir seus projetos de vida e alcançar a sua emancipação</p>	<p>I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;</p>

através da inclusão social e produtiva.

Fonte: A autora, 2016.

Intersetorialidade

A característica de intersectorialidade em uma política pública define que ela deve ser planejada e executada a partir da articulação entre outras secretarias e pastas que um programa deve buscar ter, proporcionando assim, a união de esforços para uma “causa” única.

Quando entrevistei Fernanda, que foi coordenadora articulação institucional do CMJ em 2013, a *intersectorialização* foi mencionada por ela como a inovação e diferenciação do programa:

A área de articulação institucional também é muito inovadora porque ela também traz o governo para dialogar. Não dá para chegar no território e essa é uma grande proposta com cada secretaria fazendo uma parte sem estar integrada. Então tem um comitê intersectorial do programa que ele funciona, então todas as secretarias têm que se reunir pelo menos entre 60 dias na SEASDH e aí a secretaria de Esportes e a própria UERJ, que tem o Programa NESAs, a Cultura, Lazer, a Saúde, Educação, todas as secretarias, do Trabalho, tem que abrir um diálogo em tono desses territórios. Esse é um grande diferencial do Programa. A atenção integral ao jovem, de forma individual, vai ver aquele jovem holisticamente, de forma individual, sem perder a noção de coletivo que o território traz e essa articulação de governo. Não dá para chegar no território capenga. Só uma secretária, sabendo que você vai ter demandas de outras. Essa conversa, esse diálogo é um diferencial do Programa.

Todavia, essa articulação e diálogo não acontecem. No depoimento mesmo ela também mencionou a “atenção integral” que é outra característica do CMJ.

Atenção e desenvolvimento integral

Atenção integral na política pública quer dizer a busca desenvolvimento do sujeito por completo, em todas as suas potencialidades, e não só em uma das áreas como saúde, educação ou trabalho. Do mesmo modo se tem o conceito de transversalidade de uma política, aquela que atravessa e perpassa esses diversos campos.

Territorialidade

A dimensão territorial na política pública de juventude traz questões que perpassam o físico (geográfico) e o simbólico. A questão territorial como espaço físico traz a discussão orçamentária de recursos para aquele território (verba para a urbanização das favelas, por exemplo). E também simbolicamente, o pertencimento ao território e o rompimento de estigmas.

A juventude das favelas no Rio de Janeiro ainda traz à tona a discussão pela promoção da circulação na cidade que de acordo com Faustini, se torna necessário promover o

pertencimento e a circulação na cidade:

“Não existe programa de juventude se você não pese uma articulação territorial. O desafio de um programa de juventude é que você tem que pensar redes territoriais e ao mesmo tempo redes na cidade. Você territorializa o moleque e desterritorializa ao mesmo tempo. É uma dialética que você tem que fazer bem delicada. Não dá pra soltar ele solto na cidade sem ajudá-lo a encontrar as redes, a ter lugar de fala, ao mesmo tempo não dá só pra territorializar ele porque se não fica apartado das possibilidades que a cidade tem” (Marcos FAUSTINI, 2015)

Emancipação e autonomia

A política pública que busca na sua metodologia a emancipação e autonomia constitui-se para a formação de cidadãos críticos, promovendo a reflexão de quem se é, onde se está e onde e como se quer chegar. Dessa forma, na sua instrumentalização se faz necessário uma participação dos envolvidos, principalmente do público, de pertencimento com a sua realidade com o intuito de que se questione, se movimente e produza.

Para Morgana, no CMJ, a autonomia é construída diferente de outros projetos:

“Diferencial da autonomia e emancipação. Em geral, os programas para a juventude têm uma noção geral de que o jovem não tem capacidade de gerir a sua própria condição, o seu tempo, as suas escolhas. Ele precisa sempre ser empurrado a uma escolha porque é da sua natureza não saber o que quer. A maior parte dos programas de juventude tem medo de dar poder ao jovem como parte dessa estratégia que ele precisa aprender e se desenvolver mais” (Morgana Eneile, 2015)

Essas quatro caracterizações (intersectorialidade; atenção integral; territorialidade; emancipação e autonomia) juntamente com as ações de desenvolvimento se configuram na construção do desenho metodológico de ação vistas no Programa.

“Metodologia” no campo de projetos é a forma de desenvolvimento da ação, portanto é pela arte, cultura e educação não formal que o Programa traça o seu caminho de execução.

2 PROJETOS SOCIOCULTURAIS: ONGS E A ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

2.1 Arte, cultura e educação não formal em projetos socioculturais

Os projetos sociais e culturais de cunho educativo realizados para jovens por ONGs em territórios populares segregados, cuja a partir das décadas de 1980 e 90, são relacionados a um desenho de sociedade advinda de um projeto neoliberal da educação (ARANTES, 2000).

As favelas cariocas são um desses espaços onde tais projetos foram impulsionados, nos quais a multiplicação de projetos potencializou e potencializa a atuação política dos sujeitos moradores das favelas por meio de ações das pastorais da igreja, associações de moradores e das ONGs (BRUM, 2006).

De uma maneira geral, projetos socioculturais têm formas de atuação específicas e particulares. Se tratando dos educativos, eles podem se dar por meio de uma pluralidade de formatos e metodologias; no ensino e capacitação de assuntos específicos, como informática, reforço escolar, linguagens artísticas (teatro, música, circo, artes visuais e plásticas, fotografia e outras) ou se utilizando destas linguagens como ferramentas para o trabalho com valores sociais, protagonismo, inserção no mercado de trabalho, expressão e etc. Na maioria dos casos, esses projetos são mantidos com dinheiro público através das leis de incentivo à cultura, como o abatimento do imposto de renda pela Lei Rouanet (nº 8.313/91).

Os projetos socioculturais também buscam construir outras representações (ANSEL, 2011) dos jovens favelados através da própria fala de seus sujeitos envolvidos, da produção de filmes, música, audiovisual, de oficinas e atividades culturais. Tais agentes ou mediadores seriam forças sociais que contribuem para a produção de uma reversão de estigmas, a desconstrução, na medida em que se fortalecem tais grupos excluídos e organizam a construção de novas representações. Rocha (2011) afirma que os projetos se apresentam por:

“...espaços privilegiados de ação coletiva para jovens moradores de favelas que buscam não apenas dar visibilidade ao seu trabalho artístico, mas também que se interessam em intervir sobre o território onde moram através da divulgação de uma imagem positiva de seus moradores”. (ROCHA, 2011, p. 10)

No entanto, não são transformações espontâneas e rápidas, são disputas que se dão pela construção de novos discursos, mas que, por outro lado, também podem repetir velhos enquadramentos ao seguirem estratégias de filiação à *gramática da violência urbana* (MACHADO DA SILVA, 2010) e ao *mercado dos projetos sociais*, assim caindo mais uma vez “no processo de estigmatização e criminalização dos jovens favelados” (ROCHA, 2011,

p. 22), ao mesmo tempo em que apresentam uma juventude criativa e produtiva culturalmente, ambos os discursos podem existir simultaneamente.

O referido “mercado dos projetos sociais”, constituído inicialmente pelas ONGs e hoje financiado pelo Estado, se amplia atualmente com as OSs e *OSCIPs* ou ainda com pessoas físicas e privadas por meio de editais de financiamento público. Ao se referir às características centrais na “modelagem” de inúmeros projetos socioculturais, Tommasi (2014) apresenta que há uma importação de ações como “protagonismo juvenil”, “capacidade criativa” e o “empreendedorismo”, como mencionado no capítulo anterior. Particularidades estas que remetem ao atual cenário do investimento econômico e ampliação de mercado nas favelas.

Tais projetos e ações podem ter em seu objetivo principal a mudança e transformação das desigualdades vigentes, construindo novas representações e agindo como “novos mediadores” (ANSEL E SILVA, 2012), mas além de serem necessários outros atores para a mudança na sociedade, eles nem sempre são bem sucedidos em todos os processos de sua realização.

“O que eu tenho visto no CONJUVE e aqui no Rio é que apesar de não ser uma política para a juventude, a cultura é quem mais atende e que mais consegue colocar a juventude como agente desse processo, via editais, pequenos fundos. A cultura trouxe esse gás. Sou fã do ponto de cultura que desde que foi lançado, alguns eram geridos por jovens ou quem utilizava os pontos de cultura eram jovens”. (Fransérgio Goulart, 2015)

Aqui destaco o “Grupo Cultural AfroReggae” e “Observatório de Favelas”, bem como poderia ressaltar a Central Única de Favelas (Cufa) e outros, como ilustrativos de projetos sociais que por meio da arte e cultura atuam com jovens na construção de representações e autorrepresentações, construção de narrativas, autoestima e empoderamento.

Desse modo, projetos sociais, socioeducativos e também os culturais para crianças e jovens são formas de trabalho que atuam de forma complementar às escolas utilizando-se da perspectiva da educação não formal.

Segundo Gohn (2007) e Libâneo (2009), eles possuem um formato distante dos marcos institucionais e regulamentares da educação (leis e diretrizes), portanto são mais livres, mas ainda assim, possuem formatos estruturados, sistematizados, objetivos, metodologias e resultados, tendo que elaborar relatórios do impacto até a prestação de contas: objetivos alcançados qualitativos e quantitativos, orçamento e alcance de público com formas específicas para mensurar (e às vezes até maquiar) os resultados.

Os objetivos e motivações dos projetos socioculturais podem ser diversos. Dentro dessa multiplicidade de sentidos, se temos uma visão macro da educação, no qual eles atuam no viés da educação não formal, esse processo educativo vai além do campo escolar, o qual Ribeiro (2010) observa a necessidade de atuação e compreensão da política pública que contemple esse eixo:

“A análise do campo educacional, não pode, sobretudo, se limitar a esfera escolar, existe um imenso e rico campo da educação não escolar que deve também ser contemplado pelas políticas públicas” (RIBEIRO, 2010, p. 3)

Considera-se a educação em duas modalidades: a educação intencional e a não intencional. A última é também denominada de informal ou educação paralela que compreendem todos os processos de relação do indivíduo com o meio sociocultural, como a família, meios de comunicação, brincadeiras, igreja e outros. Já a educação intencional se ramifica em educação formal e não formal. Formal são as instâncias educativas, escolares ou não, que possuem uma ação “institucionalizada, estruturada, sistemática” e a não formal são as “instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação” (LIBÂNEO, 2009, p. 31).

Nesse sentido, penso políticas públicas de juventude que se realizem com ações com os jovens como espaços de educação não formal, pois faz parte do *modus operandi* as ações educativas não formais com diversas linguagens, propostas e metodologias.

São nos processos de intencionalidade educativa que Gohn (2009) identifica que nos projetos existe a prática da educação não formal, que não ocupa o lugar da educação metódica e curricular, e sim complementando-a, articulando-a com a escola.

A ação educativa em projetos socioculturais é, portanto, um dos campos da educação não formal que pode se dar por meio do diálogo e mediação com a criação de um projeto para o jovem e a sua interpelação com a cultura que se pode dar com trabalhos artísticos de diversas linguagens como a pintura, desenho, cerâmica, escultura, colagens, fotografia, música, dança, corpo, teatro, performance, audiovisual, digital, texto e outras, presentes nas instituições na produção do projeto.

Percebo que são diversas as formas de se trabalhar com a arte e cultura; dentre as metodologias já existentes, experimentais e/ou inovadoras, a arte-educação é um dos meios de trabalho da educação não formal. Contudo, a educação não formal não se limita à arte-educação e aos espaços culturais institucionalizados: ela pode se localizar neles, bem como nos movimentos sociais e populares, nos trabalhos de Organizações Não Governamentais – ONGs e em projetos culturais esporádicos não institucionalizados, como afirma Gohn (2007):

“As práticas da educação não-formal se desenvolvem geralmente fora dos muros da escola – nas organizações sociais, nos movimentos e nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias e lutas contra a desigualdade e a exclusão social. Essas práticas estão no centro das atividades das ONGs e dos programas de inclusão, especialmente no campo das artes, educação e cultura”. (GOHN, 2007, p. 13)

A realização de projetos sociais e culturais¹⁴ têm crescido ao longo dos últimos anos. A partir da década de 1980 há um crescimento quantitativo e também qualitativo dos projetos socioculturais, tanto pelo crescimento das políticas públicas, quanto pelo investimento de empresas privadas em projetos políticos e culturais, assim aponta Sovik (2014).

Ao investirem em projetos socioculturais, empresas veiculam o seu nome a estas ações, e dessa forma recebem divulgação e visibilidade na mídia (estratégias de marketing) e também atuam na realização de comprometerimentos sociais que as empresas devem e buscam ter. Cesar (2008, p.309) afirma que a prática da *responsabilidade social empresarial* (RSE) auxilia na melhoria da imagem da empresa no mercado e na sociedade, fideliza clientes aos seus produtos e serviços, incentiva a produtividade de seus funcionários, atrai novos investidores e se obtém incentivos fiscais do Estado.

Embora a “Lei de Responsabilidade Social Empresarial” em nível federal, Projeto de Lei Nº 1305/2003, tenha sido arquivada em 2008, alguns municípios já possuem leis ordinárias. Além disso, desde 1988, a Constituição Federal afirma no artigo 170 a função social da propriedade nos princípios gerais da atividade econômica¹⁵. Existem também iniciativas do próprio empresariado como o GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, fundado em 1995 - que possui a missão de “aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum”¹⁶ e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), criada em 1998 por um grupo de empresários com a missão de

¹⁴ Por projetos sociais e culturais entende-se projetos de mediação social que sejam relacionados com a cultura, seja no seu viés material, simbólico e econômico.

¹⁵ Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego; IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

¹⁶ GIFE. Missão e objetivos. Disponível em: <http://www.gife.org.br/ogife_missao_objetivos.as>. Acesso em: 04 de março de 2015.

*“mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável”*¹⁷.

Denomina-se *terceiro setor* o campo de atuação que coexiste com as instituições estatais (primeiro setor) e privadas (segundo setor). Trata-se da área de atuação pública, mas não estatal formada pela iniciativa privada, por voluntários e sem finalidades lucrativas para o “bem comum”, a qual costuma ser composta por organizações não governamentais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, fundações e institutos empresariais sem fins lucrativos (GESET, 2001).

Segundo Cunha Filho (2014), a Lei nº 9.637/1998 reconhece as Organizações Sociais (OSs) como

“pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde”. (CUNHA FILHO, 2014, p. 12).

As OSs são uma realidade na gestão pública, como na saúde e na cultura. No Rio de Janeiro pode-se mencionar a gestão de alguns espaços culturais pelas OSs, como o Museu de Arte do Rio (MAR) e as Bibliotecas Parques Estaduais.

Já a Lei 9.790/1999, além de trazer inovações ao terceiro setor, como o reconhecimento de novas áreas de atuação social e a possibilidade de remuneração dos dirigentes, caracteriza as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) como:

“pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que observem o princípio da universalização dos serviços e atuem em pelo menos um dos seguintes campos: assistência social, cultura, educação, saúde, alimentação, meio ambiente, voluntariado, combate à pobreza, desenvolvimento econômico, social e democrático, assessoria jurídica popular, tecnologias alternativas e experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito”. (CUNHA FILHO, 2014, p. 12).

Determinadas ONGs são referências no trabalho social pela cidadania e democratização direitos, como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)¹⁸ fundado em 1981, foi também pioneira no estímulo da divulgação do balanço social empresarial.

Burgos afirma que os projetos sociais pela população são vistos como necessários:

“os projetos sociais, especialmente nos territórios segregados, são chancelados por uma sociedade que reconhece a incompletude do trabalho da escola e da família, e

¹⁷ INSTITUTO ETHOS. Sobre o Instituto. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/#.VPaB9PnF800>>. Acesso em: 04 de março de 2015.

¹⁸ <http://ibase.br/pt/>

que delega a atores da sociedade civil dos mais variados matizes um importante trabalho de formação social”. (BURGOS, 2009, p. 60)

Além disso, foram as ONGs que assumiram um papel pioneiro e “mais próximas aos “pobres” do que muitas outras instituições, na medida em que suas sedes ou filiais funcionam na própria favela” (VALLADARES, 2005, p. 160).

Já no século XXI, observa-se uma nova força entre os atores realizadores/proponentes destes projetos educativos/culturais/sociais nas favelas. Se antes eram realizados majoritariamente pelo 3º setor, no atual momento eles também passam a ser objetos muito frequentes das políticas públicas governamentais, que começaram a ser construídas no final do século XX. Brum (2006, p. 142) localiza este processo já entre 1980 e 1990 “com lideranças de favelas inserindo-se nos aparelhos de Estado e diversos projetos que defendiam a existência e melhorias das favelas tendo sido assimilados nas políticas públicas”. Valladares (2005, p. 158) afirma que “os responsáveis pelas políticas públicas desde sempre sustentaram a especificidade do universo das favelas. (...) zonas ilegais, fora das normas e subequipadas, devem ser objeto de medidas especiais”.

Abad (*apud* SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 3) ressalta que entre 1990 e 2000, as políticas públicas para a juventude (na América Latina) entram em um período de “inserção laboral de jovens excluídos”, isto é, projetos pensados para a ocupação braçal do jovem marginalizado.

Rua (*apud* idem) localiza no mesmo período no Brasil uma mudança de cenário, com políticas públicas e parcerias civis focadas especificamente no jovem que antes eram abarcados nas políticas sociais genéricas de educação, saúde e trabalho para todas as faixas etárias.

Antes desse período, as políticas não atribuíam características à juventude, não se tinha a ideia do jovem como representação de “futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações” (p. 17), ele era tido como objeto de qualquer outra política para cidadãos.

Embora o terceiro setor apresente tal pioneirismo na realização de programas sociais e culturais para a juventude e, em especial, para a juventude das favelas, encontram-se, mesmo que de forma pontual e descentralizada, desde a segunda década do século XX, proposições direcionadas às idades marcadas entre crianças e adultos.

Segundo Sovik

“No Rio de Janeiro, os projetos surgem com força nos anos 1990, quando, com o processo de democratização governamental já instalado, a violência policial contra a população pobre entra em pauta. Essa violência, cujas estatísticas continuam

chamando a atenção, tem como alvo principal a população de jovens negros de bairros pobres das grandes cidades”. (SOVIK, 2014, p. 2)

Tendo o foco desta pesquisa projetos sociais relacionados à cultura, pareceu interessante conhecer o perfil e projetos de algumas instituições que associem o seu trabalho com juventude, arte e cultura e que façam um paralelo, dessa forma algum diálogo com o Caminho Melhor Jovem e estão presentes nas discussões e exemplificações ao longo da pesquisa.

Em comum essas instituições/projetos realizam ações com a juventude periférica baseadas em metodologias não convencionais ou clássicas, isto é, não são oficinas em sala de aula, onde jovens aprendem como uma extensão da escola repetindo o formato escolar.

O foco deles, ou a metodologia, passa a ser a criação de ações e projetos em empreendedorismo, criativos, territoriais e/ou artísticos (filmes, música, artes visuais, teatro, entre outros) buscando que os participantes possam construir as suas próprias narrativas, discursos e repertórios. Por esse formato de trabalho alguns desses projetos já foram objetos e referências em pesquisas acadêmicas (RAMOS, 2007; ROCHA, 2011; ANSEL, 2011; TOMMASI, 2014).

Avenida Brasil – Instituto de Criatividade Social

É uma OSCIP fundada em 2006 na criação de expressões estéticas e econômicas da periferia da cidade a partir de atividades culturais: teatro, música e audiovisual para a infância e juventude que buscam formar “novas narrativas” e a criação de metodologias relacionadas à arte-educação. São de sua autoria e desenvolvimento projetos como “Escola Livre de Teatro” (Zona Oeste do Rio) e “Escola Livre de Cinema” no município de Nova Iguaçu (Baixada Fluminense), “Coletores de Imagens” e, desde 2011, o “Agência de Redes para a Juventude”, será apresentado a seguir.

AfroReggae

O AfroReggae é uma ONG fundada em 1993, que surge com um projeto de jornal para debater ideias e problemas de negros e pobres¹⁹. No mesmo ano, após a Chacina de Vigário Geral, o projeto inicia uma fase de “desenvolvimento de oficinas de percussão, capoeira, reciclagem de lixo e dança afro para os moradores dali, trazendo uma perspectiva de mudança

¹⁹<http://www.afroreggae.org/>. Acesso em 10 de dez. de 2014.

e esperança para os mesmos”²⁰. O Grupo comemora 21 anos e as suas ações se desdobram para além das oficinas, com a formação de grupos artísticos, programas de televisão, ações internacionais e um selo social.

Em 2014 foi solicitado²¹. pelo então secretário da SEASDH, Pedro Fernandes, uma parceria com o CMJ da Unidade do Complexo do Alemão para que o AfroReggae emprestasse um espaço de suas dependências ao Programa para que fossem realizadas as atividades, o qual o Grupo aceitou a parceria e mostrou interesse na realização de atividades²².

Já em outro momento, em julho de 2015, na ocasião da visita do secretário Marco Antônio Cabral ao Centro Cultural Waly Salomão, em Vigário Geral, o Grupo publicou em seu site que Marco Antônio ficou impressionado com o que viu e gostaria de realizar parceria e também “tentar envolver o AfroReggae no Caminho Melhor Jovem, programa desenvolvido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro”.

Central Única de Favelas – CUFA

A CUFA foi fundada em 1993 com a integração de jovens de diversas favelas do Rio de Janeiro que buscavam um espaço comum para socialização e expressão cultural, e desde 1999, a sua sede funciona como um polo de produção cultural. Destaca-se pela atuação com o basquete, rap e hip-hop, sendo este “a principal forma de expressão da CUFA e serve como ferramenta de integração e inclusão social”²³. Hoje atua por meio de políticas e projetos sociais, esportivos e culturais, tendo sede em todas as capitais brasileiras e grandes parcerias e contratos comerciais.

Observatório de Favelas

Já o “Observatório de Favelas”, criado em 2001, é uma OSCIP que nasce como uma instituição de “pesquisa e formação, inicialmente na perspectiva de produzir conhecimentos que permitissem um novo olhar sobre as favelas e outros espaços populares” e atualmente tem uma grande representação no desenvolvimento de projetos relacionados a “políticas Urbanas; Educação; Comunicação; Artes e Território; e Direito à Vida e Segurança Pública”²⁴. Dentre eles, destacamos a Escola Popular de Comunicação Crítica (ESPOCC) que forma em cursos livres comunicadores populares criativos em cursos livres audiovisual e criação digital.

²⁰<https://m.facebook.com/afroreggaeoficial?v=info&expand=1>. Acesso em 04 de dezembro de 2014.

²¹<http://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2014/05/OF.-N-182-11.pdf>

²²<http://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2014/05/oficio1.pdf>

²³https://www.facebook.com/cufabr/info?tab=page_info. Acesso em 10 de março de 2015.

²⁴<http://observatoriodefavelas.org.br/nossa-historia/>. Acesso em 04 de dezembro de 2014.

Redes de Desenvolvimento da Maré

Esta ONG foi fundada em 2007 a partir da cisão de uma outra ONG fundada em 1997, a Ceasm. Formada originalmente por moradores da favela, o desenvolvimento territorial é a principal constante nos projetos desenvolvidos nas articulações das áreas e temáticas da “educação; arte e cultura; mobilização social; segurança pública; desenvolvimento local; comunicação; combate a violência, em suas diversas manifestações e geração de trabalho e renda”²⁵.

Agência de Redes para a Juventude

O projeto “Agência de Redes para a Juventude”, realizado pela ONG Avenida Brasil e patrocinado pela Petrobras, está atualmente em onze favelas do Rio²⁶. O projeto foi executado pela primeira vez em 2011 em seis favelas com o programa Rio+Social (na época UPP Social) É autointitulado criador de uma metodologia inovadora, que proporciona ao jovem participante um ciclo de motivações para criar projetos de ações socioculturais de intervenção em seus próprios territórios. Com o mote “O jovem da favela como criador de ideias que transformam a vida e o território”, ele traz a perspectiva da potência e criatividade para o jovem, que não deveria ser visto simplesmente como “sujeito em vulnerabilidade que precisa ser atendido por projetos sociais”²⁷.

Escola Popular de Comunicação Crítica (ESPOCC)

É um projeto coordenado pelo Observatório de Favelas, em parceria com a UFRJ e patrocínio da Petrobras. Ele oferece a jovens e adultos moradores de espaços populares uma formação crítica com o curso “Publicidade Afirmativa” nas habilitações de audiovisual e cultura digital. Três grandes questionamentos permeiam os cursos:

1. Os espaços populares podem construir sua própria representação sociocultural? Podem desafiar a representação dominante, que relaciona esses espaços à violência, carência e precariedade?

²⁵http://redesdamare.org.br/?page_id=2429. Acesso em 04 de dezembro de 2014.

²⁶ <http://agenciarj.org/>. Acesso em 04 de dezembro de 2014.

²⁷ <http://sniic.cultura.gov.br/index.php/usuarioInternetAction/responsavelInternetView/39925/39083>. Acesso em 04 de dezembro de 2014.

2. A periferia pode identificar e resolver seus próprios desafios de comunicação, tornando-se protagonista e não apenas “beneficiária” destes processos?
3. Essas experiências podem ser sustentáveis? É possível e desejável viver de comunicação cidadã e popular? Como o trabalho em rede pode colaborar com isso?”²⁸

Muitos desses jovens atendidos por projetos, “os jovens de projeto” (SOBRINHO, 2012), acabam se tornando articuladores de outros projetos. É muito comum jovens que transitam entre todos esses projetos mencionados. Na Agência de Redes para a Juventude trabalhei com alguns jovens que assumiam funções no CMJ como articuladores.

2.2 Ação territorial nas favelas e periferias

Estabelecendo um panorama do cenário de ações e atuação do Estado, observo a perspectiva das remoções aos dias atuais que configuram também um panorama de discussão com o CMJ, por isso julgo importante apresentar tais formulações.

Na primeira década do século XX o prefeito Pereira Passos promoveu uma “limpeza” no Centro da cidade, na qual foram removidos cortiços e casebres e assim iniciado um projeto de urbanização na região, com o alargamento de avenidas e construções exuberantes ao estilo francês da época.

Nessa época, as favelas *_recém-surgidas_* eram referidas pela imprensa, governantes, engenheiros, urbanistas, médicos higienistas e sanitaristas, elites e classes médias como sujas, locais de proliferação de doenças e criminalidade, enfim, ocorrências que justificavam o seu extermínio em campanhas e planos urbanistas e estéticos (VALLADARES, 2000).

As favelas foram reconhecidas como constituintes da cidade pelo Código de obras de 1937. No referido documento as favelas são caracterizadas como aberrações e proíbe-se a criação de novas favelas, embora ao mesmo tempo, exista um comprometimento com a administração e o controle das já existentes. Para Valladares (2000, p. 19), o Código “que pode ser lido como a primeira política formal de governo relativa à favela, apresenta medidas puramente administrativas” e que não beneficiam as favelas. O documento, no entanto, serviu

²⁸ ESPOCC. Disponível em: < <http://www.espocc.org.br/a-espocc/perguntas-fundantes/>> . Acesso em 22 de março de 2015.

de orientação para as primeiras experiências dos parques proletários nas décadas seguintes (BURGOS, 2006).

As intervenções e projetos têm em comum a tentativa de controle e a resolução do “problema” favela, como afirma Brum:

“no Brasil, desde o Estado Novo, as políticas voltadas para as favelas passaram a constar na agenda de todos os governos, inclusive pelo peso que o “problema favela” ganhou pela intensa e crescente urbanização do Brasil nesta época, fruto da industrialização acelerada a partir das décadas de 1930 e 1940”.(BRUM, 2011, p. 67)

Com o insucesso da contenção e extermínio das favelas, o então prefeito Henrique Dodsworth lança, entre 1941 e 1943, na Gávea, no Leblon e no Caju, o Programa de Parques Proletários, espaços precários e originalmente provisórios para os moradores das favelas removidas. Além de serem locais de moradia popular, estes espaços também buscavam constituir uma moral civilizatória que buscava “educar” e “civilizar” os seus moradores.

Por meio de diretrizes e regras de bons modos e convivência entre os moradores, havia uma imposição de civilidade, um padrão de normatização a seguir, estabelecido como correto e educado, apresentando-se como uma carga moral na educação. Descontentes com as instalações e repressões, os residentes começaram a se organizar criando comissões de moradores para resistirem à criação de novos parques (BURGOS, 2006).

Posteriormente, buscando conter as obstinações e o crescimento do Partido Comunista, a prefeitura e a Arquidiocese do Rio de Janeiro criam, em 1946, a Fundação Leão XIII (atualmente vinculada a SEASDH). Na época, tinha o propósito de servir de assistência social e moral aos moradores das favelas e implantou serviços básicos em 34 favelas. Todavia, a politização da/na favela já tinha se iniciado para além de lideranças locais ligadas a partidos políticos, relações fora do controle estatal e da igreja, o que fez que esses setores se mobilizassem mais uma vez.

Em 1955 a igreja criou a Cruzada de São Sebastião para a realização de diversas obras de urbanização, além de um conjunto habitacional no Leblon, que pela primeira vez foi localizado próximo a uma favela removida.

Importante também mencionar o caráter “educativo” presente na Cruzada de São Sebastião, na qual o serviço social se propunha a realizar

“uma ação educativa de humanização e cristianização no sentido comunitário, partindo da urbanização como condição mínima de vivência humana e elevação moral, intelectual, social e econômica”. (CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL *apud* SLOB, 2002, p. 27)

Nesse sentido, atribuído a “elevação moral” e estabelecimento da ordem, se ditava e controlava o perfil e critérios de famílias que poderiam viver nos apartamentos do bairro, como a união estável e não ter envolvimento da família com o crime. O “problema favela” passa a ser moral e não mais urbanístico.

Entre 1956 e 1960, o município também criou o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA) que atuou como apoio às instituições da igreja. Ainda assim, os moradores das favelas organizaram, em 1957, uma entidade livre e independente em prol de seus interesses: a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal. A própria titulação da entidade já se tornou um marco na afirmação da identidade e qualificação do favelado, como apontado por Burgos (2006):

“a presença desse novo interlocutor indica que a categoria favelado, originalmente forjada para identificar negativamente os excluídos e justificar ações civilizatórias arbitrárias do Estado e da Igreja, estava sendo requalificada. Com presença informal do mercado de trabalho e, portanto, desconectada da luta operária, a categoria favelado emprestava uma identidade coletiva aos excluídos, dando-lhes maior possibilidade de lutar por direitos sociais”. (BURGOS, 2006, p. 30)

Nesse período surgem mais associações de moradores organizadas em diversas favelas. No entanto, Brum (2013a) aborda que, com a ditadura civil-militar em 1964, e principalmente após as maiores repressões com o Ato Institucional nº5, entram em vigor novas remoções, período que ficou conhecido como “era das remoções”. A criação de órgãos pelo Governo Federal como o Banco Nacional de Habitações (BNH), em 1964, e a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM), em 1968, fortaleceram as práticas de remoções dos favelados para conjuntos habitacionais na Zona Norte e Oeste, ao mesmo tempo criticavam os projetos de urbanização anteriores e existentes.

Até a sua extinção em 1973, a CHISAM removeu entre 250 mil moradores de favelas, tendo 60% dos barracos localizados na Zona Sul, números bastante expressivos, embora não tenham sido totalmente eliminadas como se desejava. Brum (Idem, p. 198) enumera razões para o fim da CHISAM como a dificuldade em tornar os favelados proprietários dos imóveis novos, a precariedade das habitações e aumento dos custos de manutenção; diminuição dos interesses públicos em prioridade aos interesses privados; expansão imobiliária para Barra da Tijuca, ocasionando uma queda no interesse pelos espaços ocupados pelas favelas da Zona Sul.

Já com o processo de redemocratização do país, “a experiência “remocionista” encontrava-se estigmatizada (...) a polarização entre remoção e urbanização deixava de presidir o debate em torno das favelas; na década seguinte, o eixo da discussão seria outro: como integrar as favelas à cidade” (BURGOS, 2006, p. 40). A partir do governo Brizola

chega-se enfim a um período de propostas de melhorias urbanas às favelas que também se articulavam com um envolvimento de políticas e projetos de direitos humanos e sociais.

O Programa Favela-Bairro²⁹, executado pela prefeitura do Rio de Janeiro no mandato de César Maia, entre 1994 e 2007, buscou trazer aspectos de bairros às favelas, conforme descrito no Plano Diretor de 1992. Muitas obras foram constituídas, mas não houve manutenção ou outras tantas ficaram inacabadas e algumas delas só foram continuadas em 2010 com o atual Programa Morar Carioca, uma política inserida no projeto *Cidade Olímpica* que tem como proposta a urbanização de todas as favelas do Rio até 2020³⁰.

Atualmente, não como política urbana ou social, mas na pasta de Segurança Pública do Estado, destacam-se as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). Diferente de outras políticas de segurança antecessoras, o seu objetivo principal é a eliminação das armas e não especificamente o tráfico de drogas. Sendo “filha de uma história de fracassos de experiências de policiamento especializado para favelas” (BURGOS *et al.*, 2013, p.53), as UPPs ainda agregam outros projetos intersetoriais por meio de parcerias com outras secretarias do Estado e de instituições privadas. É um programa de intervenção militar implantado desde 2008 pela Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro que foram criadas como medida de descriminalização das favelas controladas por grupos armados, atuando com a demonstração das forças militares para coibir o tráfico de drogas e diminuir as disputas de gangues.

No entanto, apesar de oficialmente apresentarem um resultado de diminuição e/ou inibição criminal e da visibilidade das armas, é um programa que apresenta críticas pelo seu tratamento repressivo aos moradores e de abusos às liberdades, embora a bibliografia aponte em falas pontuais (Burgos *et al.*, *idem*), constituindo-se como uma agressiva ação de segurança pública de controle que impõe forças militares e pré-criminaliza moradores, em especial os jovens do sexo masculino negros.

Nesse sentido, o relatório final do “Projeto militarização de favelas: impacto na vida dos jovens negros e negras do Fórum de Juventudes RJ” (2015) aponta que o racismo, o preconceito e o extermínio de jovens negros pobres das favelas é exercido na militarização das favelas. O documento ressalta que a mesma lógica segue para as políticas públicas realizadas nesses territórios com UPP.

²⁹ VIVA FAVELA. **Favela-bairro 20 anos depois.** Disponível em: <http://www.vivafavela.com.br/reportagens/513-favela-bairro-20-anos-depois>. Acesso em: 05 de jan. de 2015.

³⁰ CIDADE OLÍMPICA. **Morar Carioca.** Disponível em: <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/morar-carioca/>. Acesso em: 05 de jan. de 2015.

Hoje são 38 favelas que possuem UPPs, e 30 delas recebem um programa de ações sociais, culturais e ambientais, antes *UPP Social* e em 2014 substituído pelo Programa Rio+Social. Em vista das obrigações sociais, o programa também contempla diversas ações, projetos e parcerias que integram serviços municipais voltados às políticas socioculturais com o objetivo de equiparar a oferta de serviços e equipamentos sociais públicos na favela ao restante da cidade, potencializando o território da favela como espaço e lugar de direitos igualitários, produção de cultura e diversidade.

O Programa também contempla inúmeras parcerias público-privadas por meio dos financiamentos públicos, além de oferecer novos mercados aos investidores a partir do “ostensivo apoio por setores do empresariado como os ligados à economia do petróleo, ao capital imobiliário, e às indústrias do turismo, comunicações e serviços em geral” (BRUM, 2013, p. 8). Por meio dos projetos socioculturais que podem ter um outro viés de marketing social das empresas, tais iniciativas são apoiadas.

O Programa Rio+Social tem a autarquia Instituto Pereira Passos na coordenação, realização e gestão dos diferentes projetos municipais além de conduzir as parcerias de outros projetos que são realizados nos territórios, realizados por ONGs, OSs, OSCIPs e parcerias entre empresas privadas. Dentre estes projetos, muitos atuam para a juventude, como “Coletivo Coca-Cola”, “Universidade Livre do Circo”, “Cinema da Gente”, “Agência de Redes para a Juventude” e o “Caminho Melhor Jovem”. Tais projetos, com as suas diferentes particularidades, dedicam-se a atuação com jovens dos 15 aos 29 anos. Além disso, ambos têm na sua metodologia a educação não formal, e além de focalizarem as suas ações no desenvolvimento artístico e cultural, protagonismo, produção e criação, preparação para o mercado de trabalho e outros.

No município do Rio, paralelo ao projeto empresarial de Cidade Olímpica, projetos e a participação social, pública e privada aglutinam-se e/ou separam-se, apoiando ou no contrafluxo de privatização da cidade e de projetos de visibilidade turística-econômica.

O Centro e a Zona Sul como espaços das elites e a Zona Norte e Oeste³¹, afastadas das áreas turísticas, nobres e “limpas”, para a ocupação das favelas, indústrias e fábricas e proletários. Dessa forma, a cidade foi sendo construída numa perspectiva de diferentes usos, estéticas e especificidades. Para as favelas, como foi visto, a partir das políticas de remoção e o difícil processo de aceitação de obras urbanas que trouxessem serviços básicos, os investimentos foram escassos, necessitando que muitos moradores precisassem por iniciativas

³¹ Genericamente excetuando a Barra e Jacarepaguá.

próprias executassem tais obras por meio de mutirões. Espaços públicos de lazer e cultura, por exemplo, foram assim também deixados de lado pelas políticas públicas. Mesmo assim o fato não impediu que o “comum” deixasse de existir a partir de formas de improvisação, como a laje e a quadra, que mostram formas criativas e produção de outras formas de estética.

O desenvolvimento das favelas se faz urgente para os seus moradores, sejam crianças, jovens e adultos, com a oferta de serviços urbanos básicos e de cultura e lazer, proporcionando a diversidade necessária para o crescimento do território. Jacobs (2000, p. 163) lembra da diversidade necessária nas cidades, mas que elas precisam ser cultivadas: “não significa que as cidades geram diversidade automaticamente, pelo simples fato de existirem. Elas a geram por causa das diversas e eficientes combinações de usos econômicos que formam”.

Mais atualmente, em suas adaptações e proporções, as favelas consigam ter ou gerar as condições de diversidades que Jacobs (2000) menciona (usos combinados, espaços curtos, instalações antigas (porém precárias) e concentração de pessoas) e existe um crescimento de equipamentos culturais nas periferias hoje (Bibliotecas Parques, Lonas Culturais, Parques, Projetos) que trazem outras pessoas a esses territórios. A questão que chega então é em como sustentar a diversidade nas favelas, periferias e territórios populares sem a lógica perversa que o mercado pode trazer (gentrificação, elitização, falta de pertencimento), tal qual já tem acontecido no Rio com o Projeto Olímpico. Será que as favelas podem ter diversidade sem a gentrificação e espaços que sejam além das relações de mercado? Qual o limite da ação urbanística?

Enquanto os imóveis não têm valor como mercadoria, ou têm valor irrisório, a ocupação ilegal se desenvolve sem interferências do Estado. A partir do momento em que os imóveis adquirem valor de mercado (hegemônico) por sua localização, as relações passam a ser regidas pela legislação e pelo direito oficial. É o que se desprende dos dados históricos e da experiência empírica atual. A lei do mercado é mais efetiva do que a norma legal (MARICATO, 1996, p. 12).

Uma das questões preocupantes é a gentrificação dos espaços “revitalizados” como tem acontecido com a Zona Portuária a partir do projeto olímpico do “Porto Maravilha” o qual tem provocado “remoções (in)voluntárias” dos antigos moradores pelos especulação imobiliária e custos de vida mais elevados. Szaniecki; Ribas (2013) destacam uma produção cultural revolucionária, que atua como contracultura dessa cultura de elite e do “*gourmet*”. Coletivos de artistas nas favelas produzem para ocupar, resistir e contestar nas favelas e ganham visibilidade nos seus protestos.

A Carta das Cidades Educadoras³² ressalta que “o direito a uma cidade educadora deve ser uma garantia relevante dos princípios de igualdade entre todas as pessoas, de justiça social e de equilíbrio territorial”, por esse lado, a territorialização do orçamento da cultura via editais e premiações como o Favela Criativa (parte integrante do CMJ que será mencionada posteriormente) e o Prêmio Ações Locais³³ que é destinado a “realização continuada de práticas, atividades e projetos nos campos da cultura, da arte, da comunicação e do conhecimento que promovam transformações nas comunidades e nos territórios em que são realizados” são dessa forma projetos que pensam as favelas e subúrbios de forma mais equitativa.

O “Instituto EixoRio”³⁴, “plataforma” criada em 2013 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, representa bem o discurso de “momento de transformação da cidade” por meio da cultura como eixo central, promovendo a visibilidade e o orgulho dos moradores, ao patrocinar projetos, iniciativas artísticas e o fortalecimento. Uma das “iniciativa” do Instituto é justamente um projeto muito “parecido” com o primeiro desenho do Caminho Melhor Jovem, no “financiamento de sonhos”.

“Em uma iniciativa inédita no mundo, o Instituto EixoRio implementa no Rio de Janeiro o primeiro programa de mentoring com financiamento 100% público. Através da transferência de experiência e da orientação profissional direcionada, o Programa Referência de Sucesso utilizará a ferramenta de mentoring para aproximar mentores e mentorados e, assim, desenvolver jovens líderes de alta performance da sociedade carioca. O público alvo são jovens entre 18 e 29 anos cursando ou recém formados em uma graduação ou curso técnico, preferencialmente oriundos das camadas populares da cidade

Um programa de mentoring é uma espécie de tutoria, onde um profissional compartilha com o jovem mentorado sua experiência oferecendo dicas e conselhos nos âmbitos pessoal e profissional para alavancar e viabilizar sonhos de projetos de vida audaciosos”. (EIXO RIO)

Observa-se a sintonia das diretrizes entre Prefeitura do Município do Rio de Janeiro e Governo do Estado do Rio de Janeiro pelo projeto de “Cidade Olímpica” que na verdade caracterizam em projetos de “propaganda e visibilidade da Cidade Olímpica”. Os Projetos, embora possam existir, não possuem transparência por meio editais, relatórios de realizações e prestação de contas. O que existe de fato é uma obscuridade ao que de fato se realiza.

Por fim, assim como foi realizado um panorama de projetos referenciados realizados por ONGs, resalto mais dois projetos que foram demarcados na prática com jovens que antecederam ou realizados simultânea ou em parceria com o CMJ.

³²<http://comunidadesdeaprendizagem.org.br/Cartadascidadeseducadoras.pdf>

³³<http://www.rio.rj.gov.br/web/smc/exibeconteudo?id=5016709>

³⁴ <http://www.rio.rj.gov.br/web/eixorio>

Todos pela Paz

O programa foi iniciado em 2000 pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (1999-2002). Era multissetorial, realizado pela Secretaria de Estado Desenvolvimento Comunitário, Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Segurança Pública. Consistia em três ações: “Jovens pela Paz”, “Escola da Paz” e “Polícia da Paz”. Jovens pela Paz consistia na seleção de 10 mil jovens entre 16 e 24 anos de áreas carentes, que teriam tarefas no apoio à segurança recendo um salário mínimo por quatro horas de trabalho.

Rio+Social

Como já mencionado, este programa multidisciplinar é coordenado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) em parceria com o ONU-Habitat – o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos - para a promoção da ampliação da qualidade de vida aos moradores de territórios pacificados. Até 2014 era denominado de UPP Social. Os seus três eixos de trabalho são: “o da informação – com levantamentos que geram um retrato e um panorama de cada território; o básico – de prestação de serviços públicos; e o do desenvolvimento econômico – com formação, consultoria e auxílio em legalização para empreendedores locais visando à geração de renda e emprego nas comunidades”³⁵.

Essas realizações possibilitam a vivência e a criação de intervenções culturais, sociais e políticas que devem estar amparadas e referenciadas por uma política de educação e juventude que criem possibilidades da juventude mudar e cocriar a sua existência.

³⁵<http://www.riomaissocial.org/programa/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2015.

3 CAMINHO MELHOR JOVEM

3.1 Contexto de concepção e marcos do Programa

Em termos legais, o Programa de Inclusão Social e Oportunidades para Jovens no Rio de Janeiro foi instituído no Estado do Rio de Janeiro pelo decreto 43.912, de 29 de outubro de 2012, e designou a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) como seu órgão executor. Possui um investimento de 84,5 milhões de dólares no qual 60 milhões é parte de um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (contrato de Empréstimo nº 2762/OCBR) e autorizado pela Assembleia Legislativa do Estado, nos termos da Lei Estadual nº 6.083, de 22 de novembro de 2011 e pelo Senado Federal por meio da Resolução RSF – 46, em 18 de outubro de 2011.

Ele se propõe a inclusão social e oferta de oportunidades para jovens de 15 a 29 anos, moradores/as de territórios com Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que são inseridas no contexto do Programa.

“O objetivo geral do Programa é contribuir para a inclusão social e produtiva de jovens de 15 a 29 anos que vivem em áreas com Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) ou em processo de pacificação do Estado do Rio de Janeiro, por meio do acompanhamento da trajetória do jovem, através de serviços de tutoria e aconselhamento para a construção de um plano de autonomia individual, e da articulação entre suas demandas e a oferta melhorada e integrada de oportunidades.”³⁶

O programa foi iniciado na gestão de Zaqueu Teixeira, deputado estadual (2011-2019) quando era secretário da Secretaria de Assistência Social de Direitos Humanos entre dezembro de 2012 a janeiro de 2014. A sua saída e mudança de gestão ocorreu por ocasião do rompimento entre o Partido do Trabalhadores (PT-RJ) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-RJ), e a pasta primeiramente ficou com Pedro Fernandes Neto, do Solidariedade (SD).

Em entrevista³⁷ para o jornal O Dia em decorrência dessa transferência, Zaqueu Teixeira cita o trabalho realizado e o receio da descontinuidade - esta questão faz pensar sobre projetos de governo e tal descontinuidade que será abordada posteriormente.

³⁶ PROCESSO SELETIVO PARA AS UNIDADES DE GESTÃO TERRITORIAL DO PROGRAMA CAMINHO MELHOR JOVEM
<http://www.caminhomelhorjovem.rj.gov.br/uploads/arquivos/edital_2014.pdf> Acesso em 4 de maio de 2015:

³⁷ O DIA. **Zaqueu Teixeira**: ‘Cabral foi um grande aliado. Foi, não. É um grande aliado’. Disponível em <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-02-01/zaqueu-teixeira-cabral-foi-um-grande-aliado-foi-nao-e-um-grande-aliado.html>>. Acesso em 05 de janeiro de 2015.

“Temos um programa chamado Caminho Melhor Jovem, para os territórios pacificados, que espera atender 40 mil jovens. Eu estarei na Alerj brigando, fiscalizando para que essa política não morra(...). A sensação da perda é essa: da política que você construiu e não quer que se perca” (Zaqueu Teixeira)

Todavia, o Programa vinha sendo desenhado há alguns anos antes da sua efetiva implementação, até antes da autorização do financiamento do BID, em 2011. Fernanda, que foi coordenadora articulação institucional do CMJ em 2013 e trabalhou até primeiros meses de realização me informa sobre o contexto de criação do CMJ:

“Seria um grande programa de juventude para os territórios das favelas pacificadas e seria o encontro com a UPP Social (atual Rio+Social) com uma grande oferta da possibilidade de serviços para a juventude. Inovador no aspecto de que chegou a segurança e agora está chegando um programa que não é só social, ele integra todos os campos de governo: educação, cultura, esporte, lazer (...) como uma proposta real aos jovens de favelas pacificadas”. (Fernanda, 2014)

Em uma audiência pública³⁸ em novembro de 2012, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), com o tema “Avaliação das políticas públicas para a juventude do estado do Rio de Janeiro”, as discussões versaram sobre este projeto que viria a ser o CMJ, o financiamento do BID, a escolha das áreas com UPP. A audiência foi presidida pelo deputado estadual Marcelo Freixo e teve representantes das juventudes e gestores da SEASDH. Nesta data o Programa ainda estava em planejamento e Allan Borges, Superintendente de Políticas para a Juventude na ocasião, esclareceu como ele se originou:

“O programa nasce em 2010, inicialmente comandado pela gestão do Secretário Ricardo Henriques, que tem uma trajetória excepcional dentro da sociedade civil organizada no meio acadêmico. Ele nasce da parceria e também de um outro profissional que, do ponto de vista profissional, o senhor Deputado Marcelo Freixo, conhece muito bem, foi seu assessor, o Pedro Strozemberg, que é uma dos maiores especialistas em direitos humanos do Brasil, e é ligado ao ISER; o Jailson Silva, que foi subsecretário executivo daquela secretaria, naquele momento, que é um grande especialista em juventude e favela; o Marcus Faustini, que naquele momento também estava na secretaria, tinha saído para a transição da sociedade civil organizada e ido para o Governo experimentar uma nova ótica de execução da política pública, que era assessor de território. E assim outros especialistas, como a Sílvia Ramos, que foi inicialmente a primeira gestora a reformular a proposta inicial da UPP social e do Rodrigo Abel, que era chefe de gabinete da secretaria do secretário Ricardo Henriques”.(Allan Borges em audiência na ALERJ)

Nessa audiência ainda se fala de projetos anteriores que são parceiros a este como os Centro de Referência da Juventude e o Renda Melhor Jovem. Já depois da efetivação do Programa, em maio de 2013, foi requerido pelo deputado Bruno Correia (Partido Democrático Trabalhista - PDT) a constituição da “Comissão Especial da Juventude para acompanhar os

³⁸ ALERJ. **Ata da 4ª Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania realizada em 13/11/2012.** Disponível em <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/compcom.nsf/e36c0566701326d503256810007413ca/9c9fe89f5187418683257ab60060c933?OpenDocument>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

Programas, Ações e Políticas Públicas para Juventude (requerimento nº262/2013) que ainda encontra-se em exercício, mas não encontrei relatórios da comissão ou atas relevantes para este trabalho.

Sobre a relação do CMJ, em entrevista Marcus Faustini apresentou como chegou a discussão do Programa a partir da sua história e criação de metodologias na Escola Livre de Teatro, Escola Livre de Cinema e Escola Bairro, em Nova Iguaçu:

“Ricardo Henriques³⁹, que eu havia conhecido em Nova Iguaçu, assume a UPP Social, ainda era naquele momento que o campo social conseguia influenciar na perspectiva das UPPs, dizendo que a militarização não era suficiente. (...)O Ricardo já tinha trabalhado com o BID em outros momentos, no Ministério da Educação, aí o Ricardo me chama, primeiro pra ir pra Secretaria deles para assumir um cargo para pensar; A Secretaria de Cultura território e cultura de. É isso que começa a mudar, depois vem a cultura com o funk. E ali, em 2010, eu já estava estruturando a Agência. Aí lança um grupo na Secretaria, eu não fico na Secretaria, mas volto em 2011 para discutir, isso demora, aí eu já estava realizando a Agência, aí passei pela Cultura, ajudei a formular o programa”. (Marcus Faustini, 2016)

Faustini me informou que nesta consultoria juntamente com outros profissionais foi enviado ao BID um documento com contribuições de todos os consultores. Nesse momento foi a última vez que Faustini se envolveu com o CMJ, não tendo sido jamais procurado a não ser recentemente em 2015 por dirigentes do Estado, todavia as negociações não foram para frente, afirmou.

Os recursos do BID vieram destinado especificamente para “área pacificadas pelas UPPs” e quanto a isso Fransérgio contesta que o Fórum da Juventude do Rio de Janeiro foi contra esse recorte

“Fomos contra quando a SEASDH adquiriu um recurso do BID porque era uma verba rubricada para áreas pacificadas e a gente achava muito difícil que por deixar áreas de fora, como a Baixada. Fomos contrários, mas o recurso estava aí. Tentamos criar uma plataforma, mas no início só o Fórum participou”. (Fransérgio Goulart, 2015)

A partir de 1990, o BID começa a investir na América Latina em programas para a juventude e capacitação no mercado de trabalho. Após o apoio ao Programa de Capacitação Trabalhista para Jovens – o Chile Jovem, sucederam-se recursos a outros países. É também nessa década que se registram as primeiras secretarias, ministérios e espaços institucionais de juventude. No Brasil, todavia, os programas aconteceram em diversos ministérios, só vindo a se institucionalizar na década posterior. (BRASIL, 2014)

³⁹ “Foi Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro quando desenvolveu, em 2010, o programa UPP Social e a partir de 2011 conduziu o programa na Prefeitura do Rio de Janeiro como Presidente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP).” Fonte: <http://www.institutounibanco.org.br/membros-governanca/ricardo-henriques>. Acesso em 01 de abril de 2016.

Não por acaso, os programas já realizados na América Latina acabam sendo uma referência a novos programas como o CMJ. “Jóvenes em Red”⁴⁰, iniciado em 2012 no Uruguai, realizado interinstitucionalmente e coordenado pelo Ministerio de Desarrollo Social (MIDES) foi mencionado por Morgana como uma das inspirações para a formulação do CMJ:

“Este Programa promueve el ejercicio de derechos de los adolescentes y jóvenes de 14 a 24 años, desvinculados del sistema educativo y del mercado formal de empleo desde un abordaje integral, territorial y en comunidad”.

Os projetos de integração entre o social, a cultura, segurança e urbanização realizados na cidade de Medellín, na Colômbia, a partir de 2004, são também associados em formulações de programas e projetos de desenvolvimento territorial (YÚDICE, 2015). Projetos como as Bibliotecas Parques e o Teleférico do Alemão, no município do Rio de Janeiro são inspirações de lá.

3.2 O CMJ em teoria: a metodologia inovadora

A partir de um formato que o aproxima bastante do projeto com a Agência de Redes para a Juventude (e tendo vários atores em comum que participaram em distintas fases de ambos os projetos), o desenho do programa é também de uma metodologia participativa de diálogo aberto, para auxiliar o jovem a construir a sua trajetória e escolhas de vida, a partir da criação de estratégias de “promoção de serviços e oportunidades que atendam suas demandas e contribuam para o seu desenvolvimento pessoal e profissional”. Dessa forma, com o acompanhamento individual pelos “tutores” e “conselheiros”, os jovens participantes são orientados a buscarem seus “sonhos” pela construção de uma rede de oportunidades e serviços como cursos livres, profissionalizantes, a universidade, outros projetos e um emprego.

Sobre a metodologia, Fernanda ressalta:

A metodologia é muito diferenciada (...) porque faz um atendimento de escuta ao jovem muito qualificado. Então a diferença é essa, você não faz uma inscrição de 30 jovens, os coloca numa sala e faz a oferta, informando que tem isso ou tem aquilo. Não. Você faz uma escuta qualificada desse jovem, então a “área de ação integral ao jovem”, que é a área um, então ela constitui no território os conselheiros, o tutor, o diretor e mais a equipe administrativa, ela é toda voltada para ouvir e atender esse jovem naquilo que ele quer fazer, seja na área que for. Essa metodologia diferenciada de outros programas em que estávamos acostumados a ter, que é de inscrição, de matrícula, nesse formato de 30 jovens em uma sala de aula, o Caminho Melhor Jovem, até pela própria parceria com o BID, traz esse grande diferencial de metodologia. (Fernanda, 2014)

⁴⁰http://www.mides.gub.uy/innovaportal/v/14544/3/innova.front/jovenes_en_red

Segundo o Regulamento Operativo (2014), a “Unidade de Gestão Territorial” (UGT) “*têm a função de implementar o modelo de atenção integral aos jovens em cada um dos territórios pacificados*”, sendo onde acontecem os serviços de atendimento personalizado de tutoria e aconselhamento “*que constituem uma das inovações mais destacadas do Programa*”.

Dentre os cargos de ação direta com o jovem, existem o conselheiro, o tutor e o articulador. Este primeiro “*acompanha os jovens individualmente e coletivamente, apoiando-os na construção de sua trajetória*”. Camila define a sua função como o

atendimento individual ao jovem de 15 em 15 dias em até 2 anos, no qual busca a realização de um “plano de autonomia” para o jovem, orientando-o na realização de cursos, mercado de trabalho (Camila, atual conselheira). Morgana Eneile comparou este trabalho como uma espécie de *coaching*⁴¹ com o objetivo de orientar esse jovem participante e Amanda, na mesma função de conselheira em outro território, destacou:

“A minha rotina de trabalho é o atendimento de escuta qualificada de uma média de 5 jovens por dia de trabalho, orientando e encaminhando-os para cursos, processos seletivos e escola empresas. Eles saem quando alcançam este objetivo, com uma média de 4 encontros. O diferencial do CMJ é a orientação fazendo com que o jovem se descubra com o que quer”. (Amanda, 2015)

A maior parte desses profissionais entrou no Programa pelo processo seletivo que teve um edital público em 2014, todavia há um contingente de profissionais que vêm de indicações políticas, do partido que está na gestão do programa. Camila acredita que os profissionais que têm entrado atualmente vêm dessas indicações, pois ela não ficou sabendo de nenhuma seleção pública. O conselheiro Rodrigo e diretor interino de uma UGT também explicou o trabalho que realizado:

“Eu fiz o processo seletivo para ser conselheiro do programa. Esse trabalho se dava em duas etapas; Trabalho com os jovens em grupo que discutiam a representação do jovem na favela. E depois o aconselhamento individual. Criar o plano de autonomia individual que era preenchido uma ficha online sobre a experiência de trabalho. A partir desse plano, o jovem era orientado a ir para o mercado de trabalho ou algum curso”. (Rodrigo, 2015)

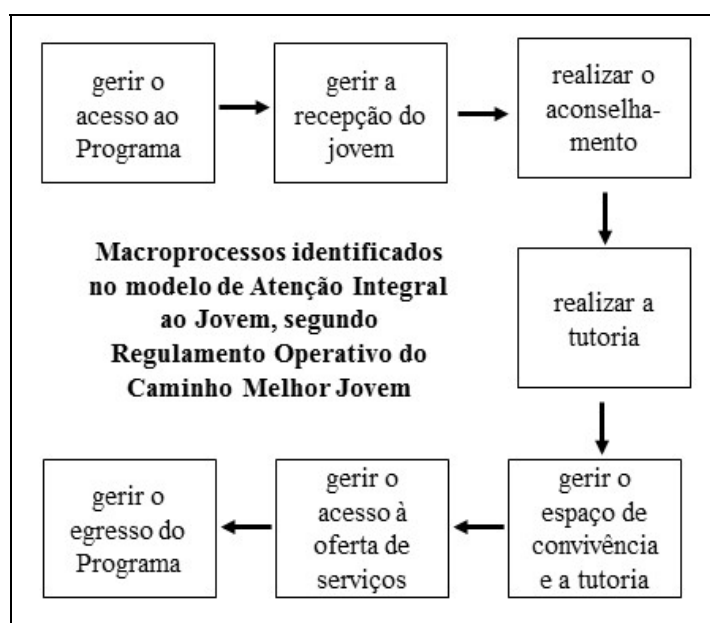
⁴¹A tradução de “coaching” significa treinamento e instrução. É um termo da administração e negócios que significa a relação de apoio entre ajudante e aprendiz para o alcance de determinado resultado ou caminho do aprendiz. (CHIAVENATO, 2002)

Já o tutor “*realiza acompanhamento sistemático dos jovens, tendo especial foco no atendimento individualizado, apoiando o jovem na construção de sua trajetória*”⁴². Estes profissionais são somente psicólogos que dão atendimento psicossocial para jovens que estão em uma situação de maior vulnerabilidade e possuem maiores atendimentos.

O articulador “*apoia à equipe de campo nas estratégias de mobilização local, participando das atividades propostas*”. Este profissional é alguém do próprio território que faz a “mobilização” de jovens para participarem, serem público do programa. É um trabalho que necessita de uma grande articulação local para ir a campo, conhecer e “convencer” os jovens para a participação, ainda mais que o CMJ não oferece nenhuma bolsa de manutenção para o jovem, foi mencionado pelo estagiário Guilherme.

A Figura 1 busca traçar uma visualização da rotina de ações dos gestores territoriais enumerando as fases de passagem do jovem, da entrada a sua saída que pode ter uma duração de até dois anos.

Figura 1 - Macroprocesso do CMJ

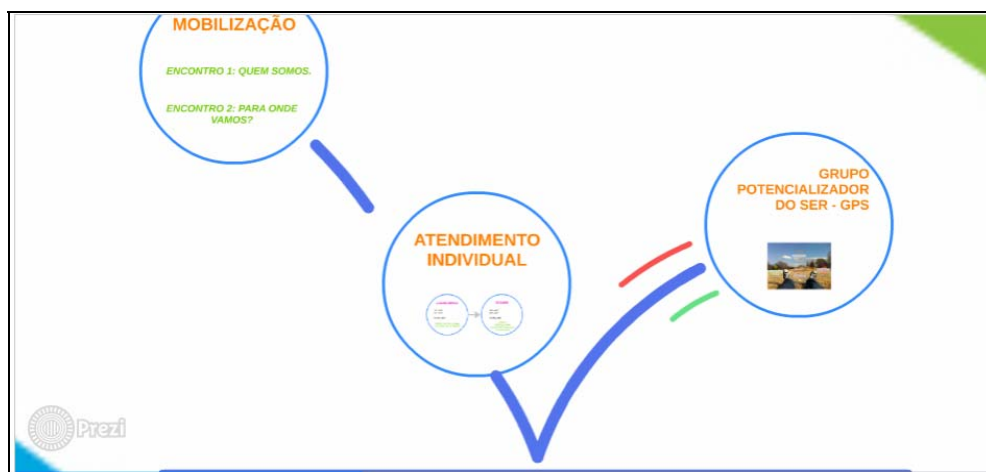


Fonte: Autora, 2016. Com base no Regulamento Operativo

A Figura 2 ilustra o processo de encaminhamento do jovem a partir da mobilização, do atendimento individual e do Grupo Potencializador do Ser (GPS). Esta atividade é a recepção de novos participantes com turmas formadas pelos jovens que entram no mesmo período.

⁴²http://download.rj.gov.br/documentos/10112/2655255/DLFE-82002.pdf/EDITALLPI001_2015SegundaPublicacao.pdf

Figura 2 - Processos no CMJ.



Fonte: CAMINHO MELHOR JOVEM, 2014.

Quando acompanhei um GPS, em 2014, o mesmo teve início com três jovens e no andamento do encontro chegou mais um. Eram três rapazes que pareciam ter entre 16 a 20 anos e uma moça também da mesma idade com um filho de mais ou menos 5 anos que ficou junto em toda a reunião. Antes disso, durante a manhã, não senti firmeza quanto a realização ou não do GPS naquele dia, isso porque mobilizar e motivar os jovens é uma das tarefas mais difíceis de qualquer projeto/programa social, cultural e educativo e havia um receio do não comparecimento ou do baixo comparecimento dos jovens que tinham se inscrito.

Quando o jovem entra no projeto, ele responde uma ficha (ANEXO 2) e é convidado (ANEXO 3) a participar dessa primeira reunião. Este GPS, bem como mais três na próxima semana, iria iniciar neste dia com um novo grupo. Eles são compostos de um ciclo de nove encontros guiados por um conselheiro, com exceção do primeiro que é dinamizado pela “equipe de comunicação” que transita em todos os outros territórios. A continuidade aos oito encontros do GPS é opcional ao jovem.

Na explicação geral neste primeiro encontro, foi esclarecido como se darão as atividades feitas pelos jovens: os encontros coletivos que são justamente o GPS e os atendimentos individuais, realizados pelos conselheiros. Para os tutores, ficam os atendimentos posteriores caso o jovem necessite de um atendimento e acompanhamento continuado. Foi explicado pela equipe de comunicação que o Caminho Melhor Jovem é um encaminhamento para as trajetórias de vidas e sonhos dos jovens.

Os GPSs são conversas sobre um projeto de vida para o jovem com três eixos de discussões: identidade, território e projeto (FIGURA 3). O projeto, além de ser o projeto de vida conceitual do jovem, pode ser também um projeto concreto realizável. Para isso, ele pode

participar do “Laboratório de Ideias” que são oficinas sobre realização de um projeto e ao participar do edital do Plano de Autonomia Territorial (PAT) (ANEXO 4), ele concorre a um prêmio de 12 mil reais para a realização deste projeto.

Figura 3. Eixos do GPS



Fonte: CAMINHO MELHOR JOVEM, 2014.

Ainda neste dia, o mediador teve uma fala introdutória, os jovens já tinham se apresentado e ele pediu que nos apresentássemos, indicando que eu deveria ser a primeira. Ele não sabia quem eu era e eu também não tinha pensado no que dizer, então de impulso eu me apresentei: “Sou a Patrícia, eu faço mestrado e é a minha primeira vez aqui no Caminho Melhor Jovem. Eu estou fazendo uma pesquisa sobre projetos em favelas”. Logo depois de mim, falaram os estagiários e eu comecei a refletir sobre o que eu tinha dito e achar que eu tinha usado as palavras erradas, me senti mal.

Eu me arrependi de ter usado o termo “favela”, visto que eu passei por uma desconstrução (VALLADARES, BRUM) da terminologia no espaço acadêmico, mas sabemos de todos os estigmas que a palavra ainda carrega e eu não sabia como ela seria recebida por aqueles jovens, talvez moradores de favelas sem este reconhecimento, ali presentes. Com esta impressão no meu pensamento, o mediador iniciou a sua fala acompanhado de uma apresentação em *power point*, e para a minha surpresa, ele começa com uma fala sobre diferenças e aproximações entre “favela”, “comunidade” e “território”. Ele pergunta de onde eles são e só a moça se reconhece como moradora da favela, os três rapazes disseram que moravam em comunidades e eles associavam a favela a crimes e a bandidos. Os outros três eram moradores do Conjunto Residencial Nova CCPL. E assim o mediador iniciou a fala sobre o porquê favela (planta), o Morro da Favela, a Guerra de Canudos e o Morro da

Providência. Eu não sei o que de fato modificou a forma de pensar a terminologia aos jovens participantes, mas me fez me sentir um pouco melhor.

Outra característica da ação é a fase que contempla o Edital do Plano de Autonomia Territorial (PAT)⁴³, um edital interno do Programa, no qual os jovens participantes podem concorrer a um financiamento de um projeto para realização nos seus territórios que seja relacionado as áreas de “cultura, arte, meio ambiente, educação, gastronomia, turismo, saúde, esporte e lazer”. Em outra iniciativa, mas que também envolve o fomento da indústria criativa e o empreendedorismo, o programa Favela Criativa⁴⁴ se dá através do CMJ, e por meio das parcerias com a iniciativa privada oferece aos jovens uma formação sobre gestão cultural.

Um outro importante braço do CMJ é o trabalho da comunicação fazendo uso do site e das redes sociais como *facebook*, *instagram* e *twitter*. Tendo os conteúdos transitando principalmente entre a divulgação das ações do programa e dicas e conselhos para os participantes em uma via mútua para múltiplos receptores (jovem participante, sociedade civil e parceiros), possui, assim, uma via de mostrar o que o projeto está fazendo e atuando divulgando também os seus patrocinadores (publicidade), Estado e BID, e atua no papel de apresentar redes e oportunidades para os jovens, na criação de relacionamentos com esses jovens e também de memória do projeto.

Em 2014 realizei uma análise de algumas dessas publicações buscando entender qual o posicionamento da comunicação do CMJ na construção de representação e identidade do jovem favelado e do Programa.

⁴³ CAMINHO MELHOR JOVEM. **Manual PAT.** Disponível em: <http://www.caminhomelhorjovem.rj.gov.br/uploads/pat/arquivos/Manual_PAT.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2014.

⁴⁴FAVELA CRIATIVA. Disponível em: <<http://www.favelacriativa.rj.gov.br/>>. Acesso em 04 de dezembro de 2014.

Notícias do site

Figura 4 - Notícias do site.



Fonte: CAMINHO MELHOR JOVEM, 2014 / Montagem: Patrícia Klein

As notícias selecionadas foram “Eu faço meu caminho - Edilano Cavalcante”, de 04 de julho de 2014; “Articuladores do CMJ Maré visitam o Museu de Arte do Rio”, de 30 de setembro de 2014; e “Reunião da Atenção Integral com conselheiros(as)”, de 14 de outubro de 2014.

A matéria assinada por Bárbara Secco, narra a história do jovem Edilano, morador de Manguinhos, que vem de Fortaleza a procura de oportunidades de trabalho com cinema no Rio e hoje é “articulador” e “atendido” pelo CMJ e também colaborador do jornal local “Fala Manguinhos”. Questões como inspiração, perseverança e motivação ilustram a narrativa da história pessoal de sucesso: *“Um sonho. A vontade de crescer e buscar seu próprio caminho. Muitas pessoas chegam ao Rio de Janeiro buscando realizar objetivos que não conseguiriam em sua terra natal.”* (grifos meus). A notícia apresenta uma fala do jovem na qual ele ressalta a cultura local em contraposição a violência: *“A gente se surpreende que, a cada edição, temos muito mais para falar sobre a nossa cultura do que sobre violência que nos atinge”*. Por fim, o texto se encerra enfatizando mais uma vez a importância de trilhar caminhos próprios e um rumo para a vida *“Edilano faz da comunicação a sua ferramenta para articular sua vida e trilhar o seu próprio caminho”*.

A notícia “Articuladores do CMJ Maré visitam o Museu de Arte do Rio”, de 30 de setembro de 2014, sem assinatura, inicia apresentando a função do “articulador” do Programa, que é alguém que realiza o trabalho de mobilização e divulgação no território a outros jovens, ao mesmo tempo que é atendido pelas ações. Ela informa sobre a visita dos “articuladores” com o “mobilizador” ao Museu de Arte do Rio – MAR em função de capacitação dos

“articuladores” para melhorarem e inovarem as maneiras de divulgar o Programa e se capacitarem no conhecimento de diferentes linguagens artísticas. O texto apresenta que os jovens elegerem uma exposição como favorita porque retrata “*múltiplas realidades do Rio com diferentes formas de arte: pintura, escultura, vídeo e intervenções*”. Informação que pode promover a reflexão de um Rio que pode proporcionar diferentes oportunidades aos jovens.

“Reunião da Atenção Integral com conselheiros(as)”, de 14 de outubro de 2014, é uma notícia que aparentemente só objetiva divulgar o trabalho contínuo do Programa. Ilustrada por uma fotografia “não pousada” do momento da reunião, aponta algumas informações do CMJ: as equipes de “Atenção Integral”, “Supervisão Funcional” e “Conselheiros(as)”; a metodologia do atendimento individual e o trabalho colaborativo, evidenciado na fala de Talitha Vaz: “*No Caminho Melhor Jovem estamos sempre construindo juntos, desenvolvendo as metodologias. Por isso é sempre bom reunir as equipes para trocar experiências entre os profissionais de cada território*”

Postagens do Facebook

Figura 5. Postagens do facebook.



Fonte: CAMINHO MELHOR JOVEM, 2014 / Montagem: Patrícia Klein

As postagens selecionadas foram “laboratório de ideias”, de 02 de julho de 2014; “dia nacional do livro”, de 29 de outubro de 2014; e “declaração universal dos direitos humanos”, de 05 de novembro de 2014.

A primeira postagem convida a “galera” para participar do “laboratório de ideias”, uma formação de 3 dias que traz conhecimentos para o jovem “desenvolver um projeto irado”. A partir de um texto e uma imagem-cartaz com as datas e locais do primeiro encontro,

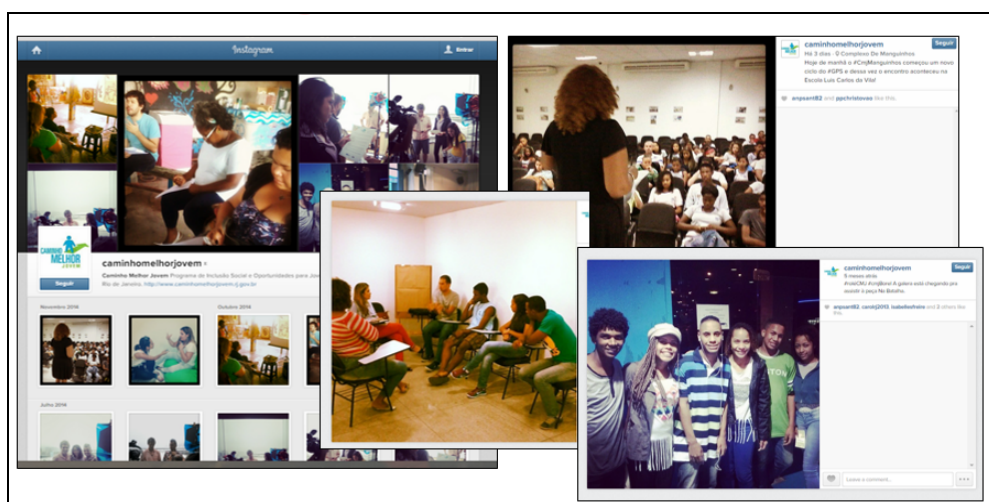
o texto apresenta um conceito técnico de projetos que será trabalhado, o “*brainstorm*”, ou seja, *uma Chuva de Ideias que te ajudará a pensar no que produzir em seu território!*” ao mesmo tempo que divulga o edital PAT (Plano de Autonomia Territorial).

Em 29 de outubro é feita uma homenagem ao *Dia Nacional do Livro* com a postagem que busca dialogar com outros usuários a partir da pergunta “Que livro você está lendo??” e convida o jovem a “se ligar” na frase dita por Marcus Cícero, filósofo e político romano: “*Os livros são o alimento da juventude!*”.

A mesma linha segue a postagem de 05 de novembro, na qual é feita um destaque da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo o homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” Informação que pode incentivar o jovem conhecer os seus direitos.

Postagens do *Instagram*

Figura 6. Postagens do *instagram*.



Fonte: CAMINHO MELHOR JOVEM, 2014 / Montagem: Patrícia Klein

As três postagens são de 20 e 26 de junho de 2014; e de 06 de novembro de 2014. As duas primeiras, com fotografias de jovens, respectivamente posada e ao natural, não se explicam quem seria essa “*galera*” (participantes? Articuladores? Conselheiro? Mobilizador? Ambos?), porém, a gíria e a foto buscam aproximar o CMJ com o expectador das postagens, bem como o próprio texto escrito da segunda postagem, que traz uma mensagem com gírias: “Papo irado com a galera do #CmjManguinhos que está cheia de energia!” e mostra como se dá o dia a dia do Programa com os jovens, bem como também a última postagem de novembro segue a mesma tendência ao mostrar o cotidiano de trabalho num “ciclo do #GPS” em uma escola.

A partir dos nove exemplos evidenciados, a análise indica que as mídias digitais do Caminho Melhor Jovem buscam mais apresentar os detalhes e desvendar informações do programa do que promoverem um diálogo com o jovem por meio delas, fato que segue uma linguagem publicitária, de divulgação e assessoria presentes em diversos projetos, fazendo-se uso dos símbolos e da fantasia publicitária, como observa Lima (2013):

“os modos de presença da favela na comunicação persuasiva podem ser diversos e não precisam incluir necessariamente imagens da concretude desses espaços. Ao contrário do jornalismo que trabalha com fatos e narrativas sobre a realidade, a publicidade tem maior liberdade para brincar com as sensações, com a fantasia, as emoções, através da adoção de artifícios diversos, dentre os quais se destaca: o uso de símbolos variados para a construção de representações”. (LIMA, 2013, p. 58)

A comunicação no CMJ, como em diversos projetos patrocinados, acaba assumindo mais de divulgação do projeto e de seus patrocinadores, mostrando que o projeto está em execução, do que de fato a realização da mobilização com os jovens. Passando para os dias atuais, em 2016, vemos a comunicação atuando da mesma forma de maneira contínua e bastante ativa sempre apresentando esse viés da publicidade, divulgando as conquistas e parcerias e também fazendo alusão às datas comemorativas e compartilhamento de oportunidades. Na publicidade, o projeto e as parcerias funcionam as mil maravilhas.

3.3 Em prática: por que “não funcionou”?

“No tempo que estou no Caminho Melhor Jovem vi mudanças positivas e negativas. Negativa é a mudança de gestão, toda hora muda uma equipe que já está desenvolvendo o trabalho, aí tem que começar de novo, tudo do zero. E positivo algumas questões da estrutura melhoraram demais, que pode melhorar mais, mas parece que não há entendimento da importância da mobilização do jovem para atendimento e aí coisas que são fundamentais não acontecem”. (Conselheira Camila)

Já na prática não é bem assim. Além dos canais de comunicação diretos do Programa, o CMJ não tem a repercussão e alcance que propunha. Nada se escuta sobre ele, não são divulgados dados de alcance e relatórios e o corpo técnico de base é insatisfeito com a condução e as constantes mudanças do programa.

Em 2015, também me chamaram a atenção duas matérias jornalísticas denunciarem o insucesso do Programa: “*Com verba milionária, projeto para jovens de favelas não decola*”, de Paulo Roberto Junior, em 08 de junho de 2015, veiculada no jornal online O Globo; e “*Oportunidades que não chegam: as UPPs e o Programa Caminho Melhor Jovem*”, de Rogério Daflon, em 20 de julho de 2015, veiculada no site do Fórum Rio. É provável que o

chamariz dessas duas matérias tenha sido quando, em maio, o programa também ter sido citado em uma matéria sobre a suspeita do jovem que assassinou a facadas um médico na Lagoa Rodrigo de Freitas, na Zona Sul do Rio de Janeiro⁴⁵:

“Para tentar evitar que o filho cometesse atos infracionais, ela conta que matriculou o adolescente no Programa Caminho Melhor Jovem, do governo do estado, cujo o objetivo é promover oportunidades. Mas a iniciativa, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), nunca saiu do papel. “Queria que esse programa fizesse alguma coisa, porque o jovem de bolso vazio vai roubar. Então, com uma ajuda de custo para o lanche, pelo menos, o jovem fica entretido; não vai roubar”, completou. Procurado pela Agência Brasil, o governo do estado ainda não se manifestou sobre do programa.”.

As matérias denunciam quanto a reclamação e frustração do programa aos moradores; o não alcance dos objetivos fundamentais; a falta de mobilização; a inexistência de atrativos aos jovens; a equipe ser deslocada da comunidade; a ausência de diálogo com a comunidade; a carência de dados e acompanhamento do real alcance; limitação do atendimento motivacional;

Os meus diários de visita em campo (outubro de 2014, fevereiro, setembro e outubro de 2015) relacionado as diferenças e estratégias de realização durante os dois anos e as entrevistas também convergem nessas constatações.

Tentei não definir a uma polarização de certo e errado a CMJ, mas a partir do meu posicionamento de trabalho em educação não formal e projetos, eu cheguei a três pontos que o projeto apresenta muitas fragilidades: a descontinuidade, a infraestrutura e a operacionalização que serão aprofundados posteriormente.

“O CMJ parece um total descompromisso. Pelo menos quando nós monitorávamos até o ano passado (2013). É uma política que não funciona”. (Fransérgio Goulart, 2015)

Em 2014, tive o depoimento de estagiários-bolsistas que mencionaram alguns problemas: em 10 meses de realização, eles nunca viram uma mudança efetiva na vida do jovem efetivamente; o estágio deles não é reconhecido pela Universidade; o Programa tem poucas parcerias e oportunidades aos jovens; ocorreu uma troca de direção política e algumas mudanças estão em execução; eles percebem a evasão de alguns conselheiros e tutores porque existe pouca flexibilidade em seus horários; eles gostariam de trabalhar mais diretamente com o jovem. Atualmente, os estagiários são responsáveis por dar suporte aos conselheiros e tutores organizando as turmas do GPS e agendamento de tutorais. Similar a um trabalho de produção executiva, eles organizam a agenda de ações com os jovens. Foi falado que não ter

⁴⁵AGENCIA BRASIL. Ativista em favela, mãe de suspeito de matar médico nega ter abandonado o filho. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-05/ativista-em-favela-mae-de-suspeito-de-matar-medico-nega-ter>

um computador para facilitar neste procedimento dificulta a sua realização (os computadores ficam em um laboratório no andar de cima). Com isso, há uma certa desorganização com as fichas e pastas de agendamento dos jovens.

Foi relatado que a entrada de jovens no Projeto costuma se dar, principalmente, por curiosidade das suas mães ou deles próprios ao passarem próximo ao local. Os mobilizadores de território deveriam ir ao encontro de mais participantes em suas casas e nos locais públicos. Porém, a falta de organização e materiais para isso, como crachá de identificação e até uma formação, tem dificultado a realização da chamada de pessoas.

Outros jovens são também convidados pela rede de contatos e convites da direção. Mas a indicação das mães (ou obrigatoriedade) parece ser a maior via de entrada dos jovens. Eu escutei de um rapaz de 16 anos que estava iniciando no projeto que ele queria um emprego, mas a sua mãe só o deixaria trabalhar caso participasse do projeto antes. Durante o dia algumas pessoas passaram na Sala do projeto para perguntar o que funcionava lá e também onde ficava a “Casa do Trabalhador”.

Assim, divididos em três categorias maiores de problemas encontrados, irei aprofundá-los: 1) a Descontinuidade: política de governo; 2) Infraestrutura: a falta; e 3) Operacionalização: dificuldades nas parcerias e no monitoramento.

Descontinuidade: política de governo

“Quando houve o rompimento do PT com o PMDB quem da secretaria era do PT teve que sair. Aí teve o período de corta as cabeças”. (Rodrigo, foi conselheiro e diretor interino da UGT no Complexo do Alemão entre 2013 e 2014)

A fala de Rodrigo também apresenta de forma velada, o medo de quem está na base. O CMJ é instável desde o seu início. Um projeto, ação e intervenção pode ser considerado uma política pública quando o mesmo possui a governança, seja na coordenação ou realização, o Estado como gestor. Ainda assim, esse programa pode estar sob a tutela do governo que administra o Estado, mas sendo realizado somente pelo partido que busca a manutenção do seu mandato e agenda, votos e publicidade, como mencionado no primeiro capítulo. Para Fransérgio, esta gestão é chamada de política de governo:

“O CMJ não é uma política pública. É uma política de governo. Aí muda a cara e a gente é que paga a conta. (...). Em 2014 iriam cancelar o contrato, aí teve um pedido antes do Sérgio Cabral sair na época pedindo que não se encerrasse que o projeto iria ser executado (porque já tinha 1 ano e meio de projeto e não se tinha executado nem 5% do orçamento. Total incompetência da gestão pública em lidar com o recurso”. (Fransérgio Goulart, 2015)

Já para Mariana, um dos problemas é esse desenvolvimento não ter acontecido por

ONGs que trariam mais liberdade e a possibilidade do programa ser realizado conforme foi planejado no papel.

“Acho que foi um grande prejuízo do programa não ter um ONG para a gestão. Hoje em dia quando eu olho para o programa que eu vejo as falhas do programa, eu entendo que toda a burocracia estatal não deixa o programa alavancar como ele era na estrutura na ponta, como ele foi pensado e originado. Se ele tivesse essa verba descentralizada para o terceiro setor, ele poderia ter muito mais liberdade para atuar, tanto de profissionais como na ponta. Essa questão que o programa se propõe a financiar o sonho do jovem dentro do estado não é possível” (Mariana, conselheira, 2015)

Ela corrobora sobre o que acha um dos maiores erros do Programa:

“O CMJ teria mais liberdade e conseguiria ser executado o que foi pensado na teoria porque o estado não pode cofinanciar o sonho somente dos jovens do CMJ, isso é ilegal. Nós já tivemos três secretários, então assim que o programa foi lançado, que o edital surgiu, a divulgação, a chamada do programa, tinha-se a intenção que o programa iria cofinanciar os sonhos desses jovens. Quando chegou a 2ª gestão com outro secretário, todos nós tivemos o conhecimento que aquilo dentro da máquina pública seria impossível de se fazer porque o estado não pode financiar pra você que é jovem do CMJ o curso que você quer e não cofinanciar o outro que não conhece o programa, que está em outra comunidade que não tem o programa, então a partir daí foi um divisor de água dentro do programa porque a partir daí todos os profissionais que tinham a ideia de realizar o sonho do jovem tiveram que paralisar isso e recriar o programa, com o programa ainda acontecendo e com os jovens do programa. Tivemos então que trabalhar em rede e quem é a nossa rede são as ONGs, os parceiros, o 3º setor, o Sescs, o Senai. Com a terceira mudança e a de secretaria, continuamos fazendo parcerias com o 3º setor, é que o programa voltou a trabalhar com jovens prioritariamente em vulnerabilidade trabalhando com o tripé: retorno a escola, ingresso a mercado de trabalho e qualificação profissional. Antes nós trabalhávamos com qualquer demanda, mas agora temos que limitar”. (Mariana, conselheira, 2015)

Sendo motivo de ponto de disputa política, o Antony Garotinho, que foi Governador do Estado do Rio de Janeiro entre 1999 e 2002, postou em seu blog⁴⁶:

“Esse é o valor financiado pelo BID para o projeto criado em 2013 por Cabral e Pezão, visando as eleições de 2014, que anunciava que colocaria 40 mil jovens de comunidades em cursos profissionalizantes e estágios, o Caminho Melhor Jovem. Até agora mais de um ano depois nada aconteceu. Apenas 4 mil jovens foram entrevistados, mas ninguém foi encaminhado, nem recebeu resposta da Secretaria de Esporte e Juventude, comandada por Marco Antônio Cabral. É mais uma vergonha que a imprensa deveria cobrar de Pezão” (Anthony Garotinho, 2014)

Infraestrutura

“Os CRJs nunca funcionaram. Quando fizemos junto com a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ visitas espontâneas para monitorá-los, encontramos os CRJs todos fechados, sucateados, sem materiais. Esse CRJ não existe e nunca existiu na nossa avaliação”. (Fransérgio Goulart, 2015)

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.blogdogarotinho.com.br/lartigo.aspx?id=18944>> Acesso em 07 de dezembro de 2015.

Quando fiz a primeira visita de campo em Manguinhos, em setembro de 2014, a estrutura do espaço me impressionou: um primeiro salão com 3 mesas de atendimento ao público com outra mesa para reuniões e outra sala para a direção, tudo equipado com móveis novos (cadeiras, sofás, mesas) com um visual moderno e colorido e com a comunicação visual Programa em adesivos. Computadores, no entanto, naquele espaço tinha apenas o do diretor.

Logo perguntei para uma estagiária se todas as sedes dos outros territórios (Cidade de Deus, Alemão, Jacarezinho, Borel e Formiga, na época) possuíam a mesma estrutura, mas ela falou que não, que havia espaços bastante precários, sem uma estrutura própria e que lá era o modelo dos espaços. Essa sede fica localizada dentro do Centro de Referência da Juventude de Manguinhos, que também contempla um auditório, sala de informática, sala de dança, cozinha industrial e copa.

"As UGTs funcionarão nos Centros de Referência da Juventude (CRJs) ou outros locais da comunidade identificados por atores da SEASDH. Os locais serão readequados e equipados com recursos do Programa, sempre que seja necessário. Em cada local onde funciona uma UGT deverá existir um cartaz indicativo do Programa, localizado num lugar claramente visível para os jovens e a comunidade, com dias e horários dos serviços e dados de contato". (ROP, 2014)

Sobre a estrutura dos outros equipamentos, Camila tem um comentário similar, após um ano e meio:

"Acredito que a metodologia do programa seja muito boa, mas o profissional que está na base é quem é fundamental para ela funcionar, até porque a nossa metodologia é de reinvenção, a gente sempre tem que se virar do lugar da ausência e de coisas básicas, como estrutura, computador, luz, água. Faltam questões estruturais do básico, uma estrutura para fazer a metodologia seguir, como telefone regular. Nós temos muito problema com telefone que é uma ferramenta fundamental para mobilização é o telefone" (conselheira Camila, 2016)

As sedes de realização de atendimentos, reuniões e encontro com os jovens estão alocadas normalmente nos Centros de Referência da Juventude, espaços já existentes e geridos pela SEASDH, no qual oferecem cursos e programações para os jovens.

Morgana comentou que havia também uma dificuldade em gestores públicos acompanharem os contratos via BID que possui uma gestão de contratos internacionais. Quem faz a gestão desses contratos são especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e Analistas de Planejamento e Orçamento (APO) alocados na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos realizam o gerenciamento dos acordos de

empréstimo captados junto ao BIRD e ao BID para o financiamento de programas sociais como CMJ.⁴⁷

“Quando eu assumi o programa, quando o Zequeu me convidou, eu confesso que fiquei assustada, eu sabia que ia ser pesado porque sabia do volume do Programa, que tinha equipe, que tinha um exercício de gestão pesado, do que significava gerencial esse tipo de Programa, ele tinha várias regras, uma legislação internacional que você também tinha que obedecer por causa da força do contrato”. (Morgana Eneile, 2015)

Operacionalização: dificuldades nas parcerias e no monitoramento

“A relação com a Secretaria de Trabalho era a mais delicada, primeiro porque a secretaria mudou de gestor algumas vezes. E há uma falha geral do estado, de união (municipal, federal) para o emprego que se presume um estado de que quase todo mundo tem emprego. A política de empregabilidade está voltada para a formação e não para a qualidade do emprego, da prestação de serviço”. (Morgana Eneile, 2015)

A proposta com as outras secretarias não se concretiza. Existe uma dificuldade quanto a formação de parcerias em projetos, empresas e institutos que promovam a empregabilidade.

“Outro fator que deve ser destacado é a educação profissional. Para os jovens e organizações juvenis a reivindicação por educação e trabalho tem assumido centralidade. Contudo, um aspecto que também deve ser ressaltado é o oferecimento precário de formação profissional. Prevalece, em muitos programas que abarcam a questão da formação profissional, uma ausência de estratégias contextualizadas, reduzindo a ação educativa a capacitações precárias, descontínuas que pouco

agregam valor na vida dos jovens. No geral, observa-se que o jovem participa dessas

iniciativas na perspectiva de buscar redes de oportunidades. Contudo, ao final, essas iniciativas têm reforçado a baixa autoestima dos jovens, questionando seus esforços e investimentos. Nesse contexto, o estágio, com direitos respeitados, conforme legislação vigente, é importantíssimo para criar redes de sociabilidade laboral, fundamental para inserção futura”. (RIBEIRO, 2010, p. 9)

Já recentemente, em março de 2016, alguns conselheiros que conversei informalmente, falaram que a atual “invenção” e “dificuldade” do CMJ é a parceria com FAETEC na qual ofertam cursos técnicos aos participantes. Mas sem uma articulação total estabelecida porque uma das conselheiras que me relatou que indicou diversos jovens que foram até a FAETEC e quem os atendeu não sabia de nada dessa parceria.

⁴⁷GESTRIO. **Governos passam, mas e as políticas públicas? Gestor Público: uma carreira que veio para ficar.** Disponível em: <https://gestrio.wordpress.com/2013/09/25/governos-passam-mas-e-as-politicas-publicas-gestor-publico-uma-carreira-que-veio-para-ficar/>. Acesso em: 25 de março de 2015.

CONCLUSÃO

O desafio da pesquisa foi analisar a teoria *versus* prática do Caminho Melhor Jovem. Dessa forma, considerando as quatro características chaves do programa (intersectorialidade; atenção integral; territorialidade; emancipação e autonomia) *versus* os três maiores problemas encontrados (descontinuidade, falta de infraestrutura e dificuldades na afirmação de parcerias), constatam não concretização efetiva do Caminho Melhor Jovem.

Embora a questão mereça mais aprofundamento, nos moldes atuais e nesse governo, não houve empenho e vontade (pelas próprias dificuldades da administração pública e não de vontades pessoais) para que acontecesse uma política formulada com as referências e articulações do Terceiro Setor (parcerias e redes). Assim não foi possível de ser executada com sucesso pelo estado, principalmente sem a parceria com a sociedade civil. O CMJ parte de uma ideia interessante da articulação de arte e cultura, mas carece de empenho da gestão pública e recursos humanos em efetivá-la.

Ainda que na pesquisa se tenha encontrado relatos que falam da contribuição positiva do programa, como a de Camila, comparando esses fatores, vejo que o Programa não se realiza da maneira esperada (ou publicizada).

“Muitos jovens alcançam o plano de autonomia antes, numa média de 8 meses a 1 anos. A gente tem jovem que entrou na Universidade, que conseguiu emprego, que começou a fazer um curso técnico, que retornou à escola. (Camila, conselheira, 2016)

Mesmo que nenhum fator de sucesso ou fracasso numa vida pessoal possa ser considerado de influência exclusiva de um Programa, ainda se espera que por meio da sua metodologia alguma influência e contribuição na vida dos jovens participantes deva existir. Todavia, atribuir um grau dessa influência precisa ser feito com um maior acompanhamento dos jovens que concluíram o programa. Porém, constata-se que passados quase três anos do lançamento do seu lançamento e execução, ainda não existem publicações de indicadores e dados oficiais, assim, não existindo balanço da sua atuação.

Encontrou-se ainda uma desarticulação entre as secretarias necessárias. Não sendo executada a premissa de “intersectorialidade” descritas e esperada por Allan Borges ainda em 2012 em audiência prévia do Programa:

“... a transversalidade e a intersectorialidade precisam de fato acontecer, só que hoje só servem para os nossos artigos acadêmicos ou para as nossas frases de discursos, porque o governo tinha dificuldade de praticar, e este programa organiza isso, ele faz com que as Secretarias tenham metas para cumprir, tenham prazos de validade para executar essas metas”. (Allan Borges em audiência na ALERJ)

Observam-se diversas ligações com Secretaria de Estado de Cultura (SEC), mas ainda há uma ausência de dados e informações quantos as parcerias com a Secretaria Estadual de Trabalho e Renda (SETRAB) a qual parece ser essencial, porque embora o estímulo ao empreendedorismo e a criatividade do jovem de origem popular seja importante para a sua trajetória na vida pessoal e profissional, ele também precisa de um território que lhe dê condições de atuar em diversas áreas formais, para além da informalidade ou de subempregos.

Outra questão encontrada foram as “descontinuidades”. Existe uma disputa interna do programa, a qual busquei estar atenta; afinal, o Programa mudou de gestão quatro vezes. A situação de indefinição entre os seus gestores, educadores e profissionais acaba tendo muita influência na base, como dito pelos entrevistados.

O Programa passou para a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL) sendo denominada de Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude (SEELJE), e passando a Superintendência de Políticas de Juventude com os programas destinados a juventude. Sendo esta a mesma pasta que trabalha diretamente com o projeto olímpico e tem como secretário Marco Antônio Cabral, filho do ex governador Sérgio Cabral. O fato também merece atenção pelo que possa estar implícito no discurso tendencioso que a “solução” para o jovem de favela é ele se tornar um artista ou atleta como forma de não cair no mundo do crime e das drogas, como muitos “projetos” fazem.

Tal situação ainda é recente para se ter a totalidade da dimensão, mas além da clara perpetuação do poder, as políticas de juventude do Estado, em especial de jovens favelados, se aproximam ainda mais de uma mesma política e programas que se mostram interessados em um projeto de revitalização do Rio a partir de uma lógica higienista, de cidade e turismo elitizados e de interesses privados, distanciando-se das juventudes das favelas e das práticas sociais e culturais.

Os jovens favelados que estão nas condições da *geração nem-nem* não é possível o discurso vazio da “culpabilização” por fatores somente individuais nas trajetórias de vidas, afinal, muitas vezes “nem” as oportunidades chegam até eles e nem há poder de escolha. Tal condição se justifica na desigualdade de oportunidades de inserção social dos jovens e o seu encaminhamento às oportunidades reduzidas, o estigma do endereço, a falta de direitos, uma cidadania subalternizada, de “segunda classe” e também de programas e projetos que não se realizam.

As oportunidades para os jovens da favela são menores em seu território e os projetos sociais ainda hoje buscam cobrir tais lacunas. A ação do Estado, presente nas favelas por muito tempo com a ação coercitiva das polícias por meio de políticas públicas de segurança,

pode também trazer outras perspectivas de ação pelo viés social que integra cultura e educação não formal, e é nesse sentido que encontro as contribuições do Programa CMJ proporcionando uma diversidade que é salutar na qual se busca resgatar positivamente a favela como outros projetos sociais e culturais (PANDOLFI; GRYNSZPAN, 2002, p. 253).

O CMJ se aproxima de projetos sociais e culturais realizados inicialmente pelas ONGs, características também presentes nas conceituações do Estatuto da Juventude (2013), e se distancia de outros programas governamentais com formatos mais tradicionais de atendimento ao jovem por meio de cursos, oficinas e encaminhamento ao mercado de trabalho. A educação não formal é um processo educativo que possibilita a construção do conhecimento diferente e ampliado dos espaços de educação formal.

Por outro lado, o Programa precisa ser ampliado para que o Programa não se torne somente uma política governamental integrada a um modelo de igualdade de oportunidades (DUBET, 2011), isto é, um projeto que propõe ao jovem que todos podem disputar oportunidades em igualdade e assim ele pode desfrutar de bens ou posições sociais a partir de seu mérito e esforço individual, sem que seja posto em questão as diferenças estruturais das posições sociais.

Todavia, a realidade apresenta que existe mais propaganda que a prática. As redes sociais, principalmente o *facebook*, são constantemente atualizadas, dando a impressão que o trabalho está a todo vapor. A utilização de “pioneirismo” como estratégia marketing, de venda de uma imagem do projeto como inovador, é também muito utilizada. Mas, justamente pela sua proposta relacionada ao Estatuto da Juventude de promoção de articulação e de redes, de fato, como também se confirmam nas entrevistas, concordo que ele tenha o perfil de projeto inovador.

Indícios, no entanto, mostram que o Programa deveria ter uma atuação muito maior do que tem na realidade. Ele não foi priorizado como execução de uma política pública (com todas as dificuldades que a gestão pública traz), o que confirma que não basta que qualquer programa tenha uma “metodologia” teórica exemplar, a sua execução é, pois, tão importante quanto.

REFERÊNCIAS

ANSEL, T. A. **Novos mediadores, representações da favela e produção cotidiana da identidade do favelado**. Orientadora: Liv Rebecca Sovik. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ANSEL, T. A. ; SILVA, J. S. E. . **Mídia e Favela: Comunicação e Democracia nas Favelas e Espaços Populares - Levantamento de Mídia Alternativa**. 2012. (Relatório de pesquisa).

ARANTES, P.. Esquerda e direita no espelho das ONGs. In: ONGS: identidade e desafios atuais. **Cadernos Abong**, São Paulo, n. 27, p. 3-27, mai. 2000.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO. 2003.

BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República. 2006. Disponível em:
<<http://secretariageral.gov.br/arquivos/guiajuventude.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2014.

_____. **Lei nº 2.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013** - Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 03 abr. 2014.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo**. – Brasília. 2014. Disponível em:
<<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1977.

BRUM, M. S. **O povo acredita na gente: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História Social, PPGH/UFF, Niterói, 2006.

_____. **Cidade Alta** – histórias e memórias da remoção e a construção do estigma de favela num conjunto habitacional. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

_____. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 179-207, 2013a.

_____. Rio se Janeiro cidade de eventos: mercado, cidadania e oportunidades num contexto de crescimento econômico. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15., 2013, Recife. **Anais ...** CD-ROM v. 1. p. 1-14, 2013b.

BURGOS, M.T.B. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. Em: ZALUAR, Alba; Alvito, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 25-60.

_____. Escola e Projetos Sociais: uma análise "efeito-favela". In: BURGOS, Marcelo Baumann; PAIVA, Ângela Randolpho (Org.). **Escola e Favela**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2009. v. 1, p. 59-133. 2009.

BURGOS, M.T.B. *et al.* O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas. **Desigualdade & Diversidade**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 49-97, 2013.

CAMINHO MELHOR JOVEM. **Juventudes e Territórios de Favela**: narrativas, experiências e aprendizagens. [Descrição : Coletânea resultante do Seminário homônimo realizado entre os dias 26 e 28 de novembro de 2013, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro(Uerj)].

CAMINHO MELHOR JOVEM. **Site Oficial** - Caminho Melhor Jovem. Disponível em:<<http://www.caminhomelhorjovem.rj.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CANCLINI, N. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CARDOSO, A. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, p. 293-314, 2013.

CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; e, AMABLE, A. E. **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena, EdUEMG, 2012.

CESAR, M. J. **Empresa Cidadã**: uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008.

CHIAVENATO, I. **Construção de talentos**: Coaching & Mentoring. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2002.

CUNHA FILHO, F. H. **Administração pública**: modelos de cogestão. Curso de formação gestores públicos e agentes culturais. IFHT. Rio de Janeiro, 2014.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 5. ed. Rio de Janeiro : Empreende / LTC, 2014

DUBET, F. **Repensar lajusticia social**: contra el mito de laigualdad de oportunidades. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FACINA, A. "Eu só quero é ser feliz": quem é a juventude funkeira no Rio de Janeiro. **REVISTA EPOS** (eletrônica), v. 1, p. 218, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v1n2/04.pdf>> Acesso em: 20 de ago. 2015.

FAUSTO, A. M. N. & QUIROGA, C. **Juventude Urbana Pobre**: Manifestações Públicas e

Leituras Sociais. Disponível em:

<<http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/seculo21/pdf/juventude%20urbana%20pobre-H3.5.pdf>>.

Acesso em: 20 de ago. 2015.

FERNANDES, R. B. **.Vítimas ou autores?** Percepções sobre a juventude e o tráfico em um conjunto de favelas 'pacificadas' no Rio de Janeiro. 2013. Apresentação de Trabalho/Congresso. 37º Encontro Anual da ANPOC.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GRYNSZPAN, M.; PANDOLFI, D.. Poder Público e favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.): **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002. p. 238-255.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Martins Fontes, São Paulo, 2000

LANDIM, L. **A Invenção das ONGs:** do serviço invisível a profissão sem nome. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para que?** São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, C. C. **Olimpíadas 2016 e a construção de um Novo Rio:** o marketing do legado, as políticas públicas e as estratégias comunicacionais em torno das favelas e das remoções. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MACHADO DA SILVA, L. A.; LEITE, M. P.. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.), **Vida sob cerco:** violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008. p.51.

MACHADO DA SILVA, L. A. Violência Urbana Segurança Pública e Favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 59, Maio/Agosto de 2010, p.283-300.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita de, **Sociologia da juventude I**. RJ, Zahar, 1968, p. 69-93.

MARICATO, E. T. M. **Metrópole na periferia do capitalismo:** desigualdade, ilegalidade e violência. São Paulo, Hucitec. 1996.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Ma. Isabel Mendes de, EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas jovens:** novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 105-120.

RAMOS, S. Jovens de favelas na produção cultural brasileira dos anos 90. In: ALMEIDA, Isabel Mendes; Naves, Santuza. (Org.). **"Por que não?"** Rupturas e continuidades da contracultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

ROCHA, L. M. **Representações e autorrepresentações**: notas sobre a juventude carioca moradora de favelas e os projetos sociais de audiovisual. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2011, Caxambu. **Anais...** (GT 07, Dimensões do urbano: tempos e escalas em composição).

ROCHA, H. S.. **Juventude e políticas públicas**: formação de agenda, elaboração de alternativas e embates no Governo Lula. São Paulo, SP. 166 p. 2012. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, 2012.

RIBEIRO, E. **Juventude e Políticas de Educação de Jovens e Adultos**: direitos e desafios. In: II Jornadas Internacionales Sociedades Contemporâneas, subjetividad y educación. Buenos Aires, 9 a 11 de Abril de 2014.

_____. Políticas públicas de educação e juventude: avanços, desafios e perspectivas. Seminário Políticas Públicas Juventude em Pauta. In: Fernanda de Carvalho Papa; Maria Virginia de Freitas. (Org.). **Juventude em Pauta**: políticas públicas no Brasil. 1ed. São Paulo: Editora Petrópolis, 2011, v. , p. 25-32.

SLOB, B. **Do Barraco para o Apartamento**. A "humanização" e a "urbanização" de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Leiden, Holanda, 2002.

SOBRINHO, André. **“Jovens de projetos” nas ONGs**: Olhares e vivências entre o engajamento político e o trabalho no “social”. 2012. 114 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Orientador: Paulo César Rodrigues Carrano. Co-Orientadora: Livia de Tommasi.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, v. 16, p. 20-45, jul-dez 2006.

SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In: BARBALHO, Alexandre e PAIVA, Raquel (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005, p. 11-14.

SOVIK, L. Os projetos culturais e seu significado social. **Galáxia**, São Paulo, n. 27, p. 172-182, jun. 2014.

SPOSITO, M. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virginia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. (Orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**.: São Paulo: Cortez, Ação Educativa Assessoria-Pesquisa e Informação, Fundação Friedrich Ebert, 2008, p.57-75.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , n. 24, p. 16-39, Dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jul. 2014.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 439 p.

SZANIECKI, B.; RIBAS, C. . Rio: cidade ocupada, cidade resistente. **ReDobra**, Salvador, v. 1, p. 55-62, 2013.

TOMMASI, L., Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. **Passagens**: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Niterói, v. 6, p. 287-311, 2014.

_____. **Para além do empreendedorismo**. 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/para-alem-do-empreendedorismo>>. Acesso em 25 mar. 2016.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n.44, out. 2000.

_____. **A Invenção da Favela**. Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

WASELFISZ, J. **Mapa da violência 2014**: os jovens no Brasil. São Paulo; Brasília: Instituto Sangari; Ministério da Justiça, 2014.. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf>. Acesso em: 24 ag. 2014

YÚDICE, G. Os desafios da diversidade cultural no novo milênio. In: MIGUEZ, P (Org). **Diversidade cultural**: políticas, visibilidades midiáticas e redes. Salvador: EDUFBA, 2015. 273 p. : il. – (Coleção Cult)

ANEXO : Materiais do Programa

Figura 7. Cartaz PAT

www.caminhomelhorjovem.rj.gov.br
caminhomelhorjovem@social.rj.gov.br
[/caminhomelhorjovem](https://www.facebook.com/caminhomelhorjovem)
[#caminhomelhorjovem](https://www.instagram.com/caminhomelhorjovem)

**VOCÊ TRAZ
 SUA GALERA
 E UMA BOA IDEIA**

**A GENTE
 MOSTRA O
 CAMINHO**

EDITAL PAT
 plano de
 autonomia
 territorial

MANGUINHOS
 CIDADE DE DEUS
INSCRIÇÕES
 7 a 28/FEV/14

**SUA IDEIA
 PODE GANHAR
 R\$ 12mil**
*valor bruto

NO SITE
www.caminhomelhorjovem.rj.gov.br/pat





Fonte: CAMINHO MELHOR JOVEM, 2014

Figura 8. Divulgação

ISSO É PRA MIM?

Sim! É pra você e todos/as os/as jovens de 15 a 29 anos do Complexo de Manguinhos.

Participe do Programa Caminho Melhor Jovem e tenha acesso a oportunidades que farão a diferença para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

A sua participação é muito importante para que as necessidades, sonhos e desejos dos/as jovens de Manguinhos sejam conhecidos. Assim, de forma participativa, vamos identificar suas expectativas, colaborar para a melhoria dos serviços e criar novas oportunidades.

Inscreva-se já!


Procure a equipe do Programa Caminho Melhor Jovem no Centro de Referência da Juventude (CRJ) de Manguinhos, localizado na Av. Dom Hélder Câmara, 1184, Benfica, Rio de Janeiro.

Atendimento de segunda-feira a sexta-feira, das 10h às 19h, e sábados, das 10h às 16h.

Mais informações: www.caminhomelhorjovem.rj.gov.br
 Facebook: www.facebook.com/CaminhoMelhorJovem
 Twitter: @caminhojovem


Você que tem entre 15 e 29 anos, mora no Complexo de Manguinhos

e está em busca de novas oportunidades, venha conhecer o




CAMINHO MELHOR JOVEM

Programa de Inclusão Social e Oportunidades para Jovens no Estado do Rio de Janeiro


SOMANDO FORÇAS

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS



Fonte: CAMINHO MELHOR JOVEM, 2014

Figura 9. Divulgação do Seminário

roda de diálogo 1
POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS E CIRCULAÇÃO NA CIDADE
O debate se propõe à análise da oferta de serviços públicos diretamente nos territórios e à reflexão sobre importância do oferecimento destes serviços em espaços externos, permitindo que o(a) jovem circule e interaja com a cidade.

roda de diálogo 2
DO QUE PRECISAM OSIAS JOVENS DE FAVELA?
O debate se propõe à análise dos serviços oferecidos nos territórios, contemplando a oferta e a demanda. O enfoque será nos endereços com Unidade da Polícia Pacificadora, com destaque na criação e acionamento de redes governamentais e não governamentais para implementação, monitoramento e divulgação das ações realizadas.

minicurso 1
POTENCIALIZAÇÃO DE REDES DE JUVENTUDES
Debate sobre a constituição de Redes. Conceitos, metodologias, experiências e desafios. Formas de organização, parceria com a comunidade, circulação de oportunidades e garantia de direitos. Criação de espaços de participação e suas modalidades. Análise de casos específicos e comparação de iniciativas desenvolvidas, ou em desenvolvimento, implementadas em territórios de favelas e periferias, e sua interface com organizações e instituições locais.

minicurso 2
MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA
Debate sobre as estratégias de Mediação. Conceitos, metodologias, experiências e desafios. O papel do mediador, agências de transformação, repertórios e relação com os sujeitos e grupos em mediação. Análise de casos específicos e comparação de iniciativas desenvolvidas, ou em desenvolvimento, implementadas em territórios de favelas e periferias, e sua interface com organizações e instituições locais.

www.caminhomelhorjovem.rj.gov.br caminhomelhorjovem@social.rj.gov.br
[f](#) /caminhomelhorjovem [t](#) @caminhojovem [i](#) @caminhomelhorjovem

rodas de diálogo
minicursos
apresentações culturais



REDES E JUVENTUDES
www.caminhomelhorjovem.rj.gov.br/redesejuventudes

PROGRAMAÇÃO
6 e 7 de agosto de 2014
Uerj - Pavilhão João Lyra Filho
5º andar, Bloco F, Auditório 53



06/08/14
(4ª feira)

8h **credenciamento e café da manhã**

9h **mesa de abertura**
Ricardo Vieira de Castro (Reitor da UERJ)
Isabelle Freire (Coordenadora da Área de Articulação Institucional do CMJ)
Carlos Eduardo Scorzallo (Coordenador Geral do CMJ)
Julio Carlos Mariano Santana Costa (Secretário Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH)

9h30 **apresentação cultural**

10h **roda de diálogo 1**
POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS E CIRCULAÇÃO NA CIDADE
Palestrantes:
Viviane Castello Branco (SMSDC – RAP da Saúde)
Tiago Gomes dos Santos (SEC)
Alan Brum (Raízes em Movimento do Alemão)
Binho Cultura (A História que Eu Conto)
Mediador:
Anderson Correa (Conselheiro CMJ Borel/Formiga)

12h30 **almoço**

14h **minicursos**
1- POTENCIALIZAÇÃO DE REDES DE JUVENTUDES
(AUDITÓRIO 53)
José Marmo (Criola)
2- MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA (AUDITÓRIO 53)
Carlos Brandão (ISER)

17h **encerramento e apresentação cultural**

07/08/14
(5ª feira)

8h **credenciamento e café da manhã**

9h **apresentação cultural**

9h30 **minicursos**
1- POTENCIALIZAÇÃO DE REDES DE JUVENTUDES
(AUDITÓRIO 53)
Palestrante: José Marmo (Criola)
2- MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA (AUDITÓRIO 53)
Palestrante: Carlos Brandão (ISER)


12h30 **almoço**

13h30 **apresentação cultural**

14h **roda de diálogo 2**
DO QUE PRECISAM OSIAS JOVENS DE FAVELA?
Palestrantes:
Eduardo Sá (IPP)
Bruno Machado (Juventude Viva)
Sthylene Rozeno (Mestranda em Educação - UNIRIO)
Aline Canha (Serviço Social - UFRJ)
Mediadora:
Monique Castro (Tutora CMJ Alemão)

17h **encerramento e apresentação cultural**

Figura 10. Ficha de Inscrição em Oficina



animAÇÃO

oficina de arte e linguagem

Realização – NESA/UERJ no **PROGRAMA CAMINHO MELHOR JOVEM**
Público-alvo: adolescentes e jovens encaminhados(as) pela escola e/ou pelos(as) profissionais do Programa Caminho Melhor Jovem
Local: 1º encontro - na Unidade do Programa Caminho Melhor Jovem em **Manguinhos**; 2º ao 7º encontro no COART/UERJ. O transporte será disponibilizado pelo Programa Caminho Melhor Jovem.
Data e Horário: 1º encontro 01/10/2014; 2º ao 7º encontro de 03/10 a 24/10; das 9h às 12h

• FICHA DE INSCRIÇÃO •

1. NOME:

2. IDADE:

3. SEXO: Masculino Feminino

4. LOCAL ONDE RESIDE:

5. ESTUDA: SIM NÃO

5.1. Se SIM, em que escola?

5.2. Que ano você está ou até que ano você estudou?

5.3. Já repetiu o ano? NÃO 5.4. Quantas vezes?

6. Você possui alguma dificuldade?

Para LER Para OUVIR Para FALAR Para ENTENDER Para APRENDER Para ANDAR

Em alguma matéria(s) na escola. Qual(ais)?


7. Observações:

.....

Instruções:


1. Verifique a necessidade de auxílio no preenchimento da ficha de inscrição.
2. No campo "5.1." especificar o nome da escola e se esta fica no território da comunidade ou fora.
3. No campo "5.2" siga conforme o exemplo: 4º ano do Ensino Fundamental, 2º ano do Ensino Médio.
4. As oficinas são inclusivas, no entanto, necessitamos de aviso com antecedência sobre a participação de pessoas com deficiência.
5. No campo "7", por favor, anotar: se o (a) adolescente/jovem já passou pelo sistema de medidas socioeducativas ou prisional, se possui diagnóstico de saúde relevante, ou quaisquer outros aspectos que considerar importante.

Realização:



Fonte: CAMINHO MELHOR JOVEM, 2014

Figura 11. Agendamento com Conselheiro



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS

BID

CONFIRMAÇÃO DE AGENDAMENTO

Jovem _____

Conselheira (o) - _____

Data de retorno - __ / __ / 2014 às __ : __ h

Fonte: CAMINHO MELHOR JOVEM, 2014